

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, nesta Vila de Coruche,
Paços do Concelho e Sala das Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão
Ordinária, cuja Mesa era composta pela sua Presidente Fernanda Maria Ferreira de Carvalho
Pinto, pelo Primeiro Secretário Fernando Aníbal Serafim e pelo Vogal Ilídio António Martins
Serrador (Presidente da Junta de Freguesia de Fajarda), que foi convidado para desempenhar as
funções de Segundo Secretário (Coligação Democrática Unitária)
Verificou-se a presença dos seguintes Vogais:
Luisa Pinheiro Portugal, José João Henriques Coelho, Filipe Claro Justino, Isabel Maria
Bernardina Ferreira, António Gomes de Jesus, Ernesto Cordeiro, Mara Lúcia Lagriminha Coe-
lho, Mário Alberto Bruno Portela Freitas Boieiro e Artur Fernando Salgado (Partido Socialista)
Manuel Santos Coelho, Rui Manuel Borlinhas Afeiteira, Armando Rodrigues, Valter
Peseiro Jerónimo e Diamantino Marques Ramalho (Coligação Democrática Unitária)
Pedro José Lopes Boiça e Francisco Artur Gomes Gaspar (Partido Social Democrata)
Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho -
Coligação Democrática Unitária), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Fregue-
sia de Branca - Coligação Democrática Unitária), Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente
da Junta de Freguesia de Coruche - Partido Socialista), Luís Alberto Ferreira (Presidente da Jun-
ta de Freguesia de Couço - Coligação Democrática Unitária), Mário Isidro das Neves Ribeiro
(Presidente da Junta de Freguesia de Erra - Partido Socialista) e António Vaz da Venda (Presi-
dente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista)
Não estavam presentes os seguintes Vogais: Rui Miguel Friezas Aldeano (Coligação
Democrática Unitária), Maria de Fátima Franco Elvas Ferreira Bento (Partido Social Democrata)
e Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido
Socialista)
A Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes pedidos de ausência à pre-
sente Sessão e respectivas substituições, de conformidade com os Artigos 78.º e 79.º da Lei N.º
169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro
Vogal Maria de Fátima Franco Elvas Ferreira Bento fez-se substituir por António da Pie-
dade Justino Dias, membro a seguir na lista do Partido Social Democrata
Vogal Joaquim Gonçalves Banha fez-se substituir por Paulo de Oliveira Matias, Tesou-
reiro da Junta de Freguesia de Santana do Mato
Encontrando-se presentes os dois membros atrás referidos, foram pela Presidente da
Assembleia convidados a tomar o cargo de Vogal
Verificado o quorum, com a presença de vinte e sete membros, a Presidente da Assem-
bleia declarou aberta a Sessão às vinte e uma horas e quinze minutos, com a seguinte Ordem



do Dia:
Ponto Um - Eleição do Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal
Ponto Dois - Desafectação do Domínio Público para o Domínio Privado do Munici
pio da Escola Primária/Jardim de Infância da Fajarda
Ponto Três - Desafectação do Domínio Público para o Domínio Privado do Munici
pio da Escola Primária de Foros de Lagoíços
Ponto Quatro - Desafectação do Domínio Público para o Domínio Privado do Muni
cípio das Áreas Afectas a Zona Verde no Loteamento Municipal da Lamarosa
Ponto Cinco - Contrato de Cedência de Utilização Privativa de Bem do Domíni
Público - Edifício Contíguo à Delegação da Câmara Municipal no Couço
Ponto Seis - Plano de Pormenor da Zona de Expansão da Zona Industrial do Mont
da Barca - Redelimitação da Reserva Ecológica Nacional
Ponto Sete - Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Monte d
Barca
Ponto Oito - Construção de Casa Mortuária Complementar ao Cemitério d
Lamarosa
Ponto Nove - Alteração ao Regulamento de Apoio ao Associativismo Local
Ponto Dez - Alteração ao Regulamento de Atribuição e Gestão de Fogos de Rend
Social
Ponto Onze - Alteração ao Regulamento da Actividade de Transporte Público d
Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxis do Muni
cípio de Coruche
Ponto Doze - Alteração ao Protocolo de Constituição do Fundo Valtejo Finicia
Ponto Treze - Alteração dos Estatutos da Ecolezíria - Empresa Intermunicipal par
Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Ponto Catorze - Adesão à Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo
Ponto Quinze - Fixação de Taxas no Espaço de Mercados e Feiras
Ponto Dezasseis - Aquisição de Gasóleo Rodoviário a Granel ao Abrigo d
Acordo-Quadro do Sistema Nacional de Compras Públicas
Ponto Dezassete - Alteração ao Mapa de Pessoal de 2009
Ponto Dezoito - Actividade e Situação Financeira do Município
Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereado
res, Joaquim Filipe Coelho Serrão, Francisco Silvestre de Oliveira e Joaquim António Soares
Justificação de Falta:- A Presidente da Assembleia deu conhecimento do pedido de jus
tificação de falta do Vogal Rui Miguel Friezas Aldeano à presente Sessão



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
RENÚNCIA AO MANDATO - CÉLIA MARIA AZEVEDO REIS:- Foi presente a
carta de 15 de Janeiro de 2009 de Célia Maria Azevedo Reis, Segunda Secretária, solicitando ao
abrigo do Artigo 50.º do Regimento a renúncia ao presente mandato
Nos termos do N.º 1 do Artigo 79.º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com as altera-
ções dadas pela Lei Nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, passa a membro substituto, na lista da Coli-
gação Democrática Unitária, José Francisco Caroço, em virtude de Valter António Pereira Bar-
roca ter informado, por escrito, a sua indisponibilidade para o preenchimento da respectiva vaga.
Encontrando-se o mesmo presente, a Presidente da Assembleia procedeu ao acto de
tomada de posse como Vogal desta Assembleia Municipal
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e oito membros
APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:- A Presidente da Assembleia
colocou à apreciação a Acta da Sessão Ordinária de 19 de Dezembro de 2008:
Foram solicitadas as seguintes alterações à Acta:
O Vogal Luís Alberto solicitou que na folha quatrocentos e noventa e sete verso, linha
catorze, onde se lê "fluvial" deve-se ler "pluvial"
O Vogal Manuel Coelho solicitou que na folha quatrocentos e oitenta e seis verso, linhas
três e quatro, onde se lê "conveniência" deve-se ler "inconveniência" e nas linhas quatro e cinco,
onde se lê "cumprimento" deve-se ler "incumprimento"
O Vogal Armando Rodrigues solicitou que na folha quatrocentos e oitenta e três verso,
linha dezoito, onde se lê "por afirmar" deve-se ler "por ele afirmar", na linha vinte e três, onde se
lê "haveria" deve-se ler "havia" e na linha vinte e oito, onde se lê "têm um parecer" deve-se ler
"têm em seu poder um parecer";
Na folha quatrocentos e oitenta e quatro verso, primeira linha, onde se lê "estes casos e
as" deve-se ler "estes casos e que as";
Na folha quatrocentos e oitenta e cinco, linha vinte e quatro, onde se lê "falou" deve-se
ler "citou";
Na folha quatrocentos e noventa e um verso, linha vinte e três "onde se lê "Não intencio-
nava" deve-se ler "Não tencionava";
Na folha quatrocentos e noventa e cinco, linhas doze e treze, onde se lê "aqui também se
tem debatido" deve-se ler "por ele aqui se tem tantas vezes debatido", linha vinte e três, onde se
lê "Propõe-se" deve-se ler "Inscrevem-se" e na linha vinte e sete, onde se lê "devia-se" deve-se
ler "devíamos";
Na folha quatrocentos e noventa e cinco verso, linha trinta e cinco, onde se lê "tive"
deve-se ler "estive"·



Na folha quatrocentos e noventa e seis, linha dois, onde se lê "dá-la" deve-se ler
"fazê-lo";
Na folha quinhentos e dois, linha trinta e cinco, onde se lê "por ter" deve-se ler "por
não ter";
Na folha quinhentos e dois verso, linha sete, onde se lê "ao nível de criar mais expectati-
vas e mais Divisões" deve-se ler "são para criar mais Divisões e um Departamento"
A Presidente da Assembleia colocou à votação a Acta, com as alterações propostas
A Assembleia deliberou, por maioria, com 25 votos a favor (12 dos Vogais do PS, 11 dos
Vogais da CDU e 2 dos Vogais do PSD) e 3 abstenções dos Vogais Diamantino Ramalho da
CDU, Francisco Gaspar do PSD e Paulo Matias do PS, aprovar a presente Acta
O Vogal Diamantino Ramalho apresentou a seguinte declaração de voto:
"A minha abstenção é pelo facto de não ter estado presente nessa Sessão."
A Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência com o registo núme-
ro um a trinta e nove, cujo mapa foi distribuído a todos os Vogais
A Vogal Luisa Portugal solicitou uma cópia da documentação enviada pelo Grupo Par-
lamentar do Partido Comunista Português, "Pergunta ao Governo sobre o Encerramento do Cen-
tro de Saúde de Coruche"
A Presidente da Assembleia referiu que ser-lhe-á facultada a documentação solicitada
Seguidamente deu a palavra aos Vogais
O Vogal Armando Rodrigues apresentou em nome da CDU, a seguinte Declaração :
"Num momento em que há no Concelho cada vez mais famílias a atravessarem grandes
dificuldades económicas, em que fenómenos de "pobreza envergonhada" são cada vez mais fre-
quentes, em que os mais idosos com pensões e reformas na casa dos 250/300 Euros mensais sen-
tem mais dificuldades para sobreviver com dignidade, alguns, nem sequer conseguem pagar
todos os medicamentos que lhes são prescritos e de que necessitam
Num momento em que aumentam as situações de desemprego para muitos dos nossos
concidadãos. Num momento em que a crise económica e social causadas pelas políticas capita-
listas e neoliberais que têm sido desenvolvidas pelos Governos Socialistas e Sociais Democratas
no nosso País e no Mundo, se vem a agravar, e a insegurança e a precariedade no emprego se
instala
É neste contexto particularmente difícil que o Poder, neste caso Local, que emana do
voto das populações deveria estar sensível, atento e actuante para acudir àqueles que nestas
situações mais precisam, em Coruche não é assim, o nosso Poder Local de maioria PS prefere
enveredar por outro caminho e ignorar pura e simplesmente as dificuldades que a população
mais desprotegida está a sentir. O que se pede ou melhor o que se exige da Maioria PS que hoje





Telefonei para a Câmara solicitando a recolha do animal e informaram-me que não
faziam a recolha dos animais perdidos, pois quem tinha essa missão era a Associação dos Ami-
gos dos Animais de Coruche. Contactei a referida Associação e disseram-me que só recolhiam o
animal no Sábado. Prendi o animal e dei-lhe água e comida
Fiquei surpreendido, supunha que a Câmara tivesse um serviço que, num prazo curto,
pudesse dar uma resposta a este tipo de situações
Gostava de questionar o Senhor Presidente da Câmara: Se no âmbito da Protecção Civil
ou dos Bombeiros, não devia existir uma brigada que recolhesse estes animais?
Penso que sim, nunca se pode prever quais as consequências de uma situação destas
Tenho mais duas questões para colocar, mas não gostava de as misturar
O Vogal Luís Alberto referiu: A questão que me traz ao "Período de Antes da Ordem do
Dia" prende-se com uma situação patrimonial de que a Freguesia do Couço está a ser lesada, a
qual foi incluída num lote da Zona Industrial
Enviámos para a Assembleia Municipal um ofício anexando uma Carta Aberta dirigida
ao Senhor Presidente da Câmara, e ainda publicada na Comunicação Social, a relatar esta
situação
Entendemos, a Junta e a Assembleia de Freguesia, e também foi entendimento inclusive
na Sessão da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2006, de que aquele espaço não devia ser
alienado, pois fez parte das instalações de abastecimento público de água à Freguesia do Couço,
durante muitos anos, a chamada "Antonica"
Trata-se de um património que pode não ter um valor histórico muito grande, mas é
património e, como tal, não deve ser vendido a ninguém, deve ser preservado
Enviámos vários ofícios à Câmara sobre este assunto e, até hoje, não obtivemos qualquer
resposta
Temos Actas onde consta que este espaço é da Junta de Freguesia antes de 1937
Apelava a esta Assembleia que fizesse algumas iniciativas junto da Câmara, para que a
decisão de alienar o lote seja revogada
A Presidente da Assembleia sugeriu ao Vogal Luís Alberto que lesse a Carta Aberta
O Vogal Luís Alberto afirmou: A Carta Aberta foi enviada à Câmara em 27 de Janeiro de
2009, depois de aprovada a Acta da Reunião de Câmara em que foi alienado o lote em causa, a
qual tem o seguinte teor:
"Instalações da Antonica - Lote N.º 26 da Zona Industrial do Couço
Em virtude de até à data V.Exª. não ter respondido a nenhum dos vários ofícios que desde
2005 lhe são dirigidos pelos órgãos da Freguesia (Junta e Assembleia) sobre as instalações da
Antonica, tendo em vários momentos V.Exª. referido desconhecer a informação do interesse da



Junta naquele espaço, vem o executivo da Junta desta forma publica mostrar o seu repúdio pela
deliberação da venda de um local do domínio público da Freguesia do Couço
Refere o Sr. Presidente da Câmara desconhecer a existência de qualquer documento em
como a Junta é detentora da Antonica, ora, até parece que nunca viu aquelas instalações que já
existem naquele local há várias décadas, inicialmente como simples fonte de abastecimento de
um fontanário no centro do Couço. Parece até que não se recorda de mandar arrancar os marcos
que demarcavam o edifício, aí colocados pela Junta de Freguesia em 1937, conforme acta dessa
época, a demarcar o abastecimento de água à população
Sr. Presidente da Câmara;
O edifício da Antonica é do Domínio Público da População do Couço, é Património de
Todos e a sua alienação é uma afronta a este povo e, por diversas vezes V.Exª. foi alertado,
vejam-se as actas da Assembleia Municipal e os ofícios enviados pela Junta, datando o último de
2 de Dezembro de 2008
Mencionou V.Exa. no Jornal "Mais Região" que se trata de "facto político", não enten-
demos dessa forma, entendemos isso sim que, como estamos habituados, é preciso lutar para
defender o que é nosso e isso faremos. Avisámos, logo em Novembro, os pretendentes à aquisi-
ção do lote que o mesmo é do domínio público da Junta
A população da Freguesia do Couço, representada pelos órgãos da Freguesia exige a
revogação da deliberação tomada por maioria na reunião de 17 de Dezembro de 2008, onde é
alienado um lote em que está inserida a "Antonica" bem como a reposição dos marcos que
demarcavam aquele edifício do Domínio Público da Junta de Freguesia do Couço, caso assim
não aconteça iremos recorrer junto das instâncias que se entenda, bem como dos tribunais, até à
sua anulação
Sr. Presidente da Câmara;
Contam-se pelos dedos de uma mão os lotes construídos na Zona Industrial do Couço,
para já não falarmos dos novos postos de trabalho até agora aí criados que se ficam pela unidade
(1), há muito espaço para investimentos nos lotes por vender
Apelamos a que, não se fazendo obras na Freguesia também não se destrua património - a
"Antonica" é isso mesmo, Património Inalienável!"
A Presidente da Assembleia referiu: Propunha à Assembleia que pondere o envio de uma
recomendação ao executivo municipal, para que a Câmara reconsidere a deliberação que foi
tomada, que irei pôr à votação
O Vogal José Coelho afirmou: Eu pedi a palavra porque o Vogal Armando Rodrigues leu
uma declaração, o Vogal Manuel Coelho interveio sobre a situação dos animais e o Vogal Luís
Alberto falou sobre um lote da antiga estação de bombagem de água no Couço



O Vogal Armando Rodrigue	es, fez uma série de considerandos sobre situações sociais que
os reverteu, depois, para fazer uma	crítica ao desenvolvimento que está a ser feito para o Conce-
lho, enquadrado numa situação ma	ais vasta, que é dar a conhecer Coruche, porque estamos a
70 Km de Lisboa e se perguntarm	nos aos lisboetas onde é Coruche, eles pensam que fica em
Trás-os-Montes	
O Vogal Armando Rodrig	ues embrulhou esta situação de solidariedade social com a
campanha, mas é preciso de facto s	eparar estas duas situações
Nesta fase complicada da se	ociedade portuguesa, em que as pessoas têm mais dificuldade
em sobreviver, face às baixas pens	sões e os empregos estarem muito complicados, não acredito
que, a Câmara Municipal de Coruc	he, não esteja atenta a esta matéria e que passe ao lado daqui-
lo que hoje está a ser feito em tod	o o País e em quase todas as Câmaras Municipais. Contudo,
isso não pode ser impeditivo de des	senvolver o Concelho em termos de uma campanha de afirma-
ção do próprio Concelho. Portanto,	, isto foi embrulhado, como quem diz, estão a fazer uma cam-
panha, toca a gastar dinheiro que vo	êm aí as eleições
Deduzo, por aquilo que foi	dito pelo Vogal Luís Alberto, que a Câmara não pagou esse
lote ao Barreiras e Irmão, ou seja,	se o lote já era da Junta de Freguesia, foi retirado da compra.
Gostaria que o Senhor Presidente d	la Câmara nos dissesse se aquando da aquisição do terreno ao
Barreiras e Irmão não pagou aquel	e lote, ou seja, se o lote foi retirado em termos de área. Penso
que se já era da Junta não tinha que	e o pagar e é lógico que a Junta o reivindique, mas se a Câma-
ra o pagou ele não era da Junta	
O Vogal Ernesto Cordeiro	referiu: O meu colega de bancada, José Coelho, já disse prati-
camente o que eu tinha intenção d	e dizer. No entanto, não posso deixar de tecer uma crítica ao
Vogal Armando Rodrigues, porque	e dá a sensação que o Partido Socialista é o culpado de tudo o
que se passa no Mundo e então, o S	Sócrates governava desde a América à China, pois quase todos
os Países estão em crise	
Relativamente à divulgação	o do nosso Concelho a nível do País, é tudo pouco o que se
está a fazer e esse dinheiro é o dinh	eiro disponível para essa promoção
Não vamos concerteza aum	entar as pensões dos reformados em Coruche porque ganham
pouco, não pode ser com essa me	edida. Se repararmos nos países socialistas as pessoas nem
sequer têm possibilidade de se ma	inifestarem acerca disso, têm de ficar calados, mas aqui isso
não acontece, as pessoas têm o dire	ito de pedir, agora não é o PS o culpado
O Vogal Francisco Gaspar	referiu: Relativamente a estas questões que têm estado a ser
levantadas, nós também nos preocu	pamos e são públicas as várias posições do PSD
Entendemos que a Câmara	seja a responsável pela divulgação do Concelho, mas, e uma
vez que foi referido pelos Vogais	do PS que a Câmara também está a tomar medidas sociais,



gostávamos de saber quais são as medidas sociais em concreto e também quanto é que o Municí-
pio pretende gastar com a campanha "Coruche Inspira" na sua totalidade
Não acreditamos que seja coincidência por estarmos num ano de eleições autárquicas,
como sabemos, o País e o Mundo estão numa crise profunda. Por outro lado, achamos estranho
que seja a CDU a levantar esta questão, porque quando nós propusemos, nas Assembleias do
segundo semestre do ano passado, a redução do IMI e IRS para o Concelho de Coruche, se me
recordo, a CDU não contribuiu e não votou favoravelmente estas reduções, portanto, é estranho
que venham com estas preocupações e consciências sociais neste momento, quando tiveram
oportunidades excelentes de ter tomado atitudes sociais para o bolso da população
Foi referido também pelos Vogais da CDU que a culpa desta crise era dos sucessivos
Governos do PSD e do PS. Acreditamos que, por essa razão, é que na Coreia do Norte não há
crise e as pessoas vivem de uma forma elegante, desafogada e não passam fome
O Vogal Diamantino Ramalho referiu: A minha intervenção tem a ver com o lote de ter-
reno N.º 26 da Zona Industrial do Couço e a sua história, até ao momento em que a Câmara
comprou o terreno para a Zona Industrial
Este lote é um parque da Junta de Freguesia
Desde os anos 40 que estas instalações sempre foram ocupadas pela Junta de Freguesia
Durante muitos anos serviram para o abastecimento público de água
Há muitos lotes na Zona Industrial e não é nada agradável esta situação. Não houve
nenhum falhanço por parte da Junta de Freguesia, quando foi verificada a sinalização daquela
zona, foi logo comunicado à Câmara o historial daquele lote, daí que deve ser encontrada uma
solução entre a Câmara e a Junta de Freguesia, que satisfaça as duas partes e tenha como finali-
dade satisfazer o povo da Freguesia do Couço
O Vogal Jacinto Barbosa referiu: Relativamente à questão que o Vogal Diamantino
Ramalho acabou de citar, penso que as populações têm quase sempre razão, daí que se deve pro-
curar um entendimento, de modo a que a Freguesia do Couço não fique prejudicada, nem a
Câmara Municipal
Antes de tomarmos mais caminho, não seria descabido de todo, o Senhor Presidente fazer
uma resenha daquilo que é o entendimento da Câmara, dado que também já ouvimos qual é o
entendimento da Junta de Freguesia do Couço, inclusive o Vogal Luís Alberto citou que a situa-
ção remonta a 1937. Seria bom que não houvesse um desfasamento de entendimentos na defesa
das populações, porque no fundo todos nós temos o dever e a preocupação de zelar pelas popula-
ções que nos elegeram e que representamos
A questão que a seguir vou colocar é da minha inteira responsabilidade e não quero, de
modo algum, ofender ninguém, é aquilo que sinto, é aquilo que me vai na alma e é a minha



maneira de entender esta crise
Há pouco, foi dito que esta crise é por culpa, quer do PS, quer do PSD. No meu entendi-
mento tem sido culpa de nós todos, poderíamos ter-nos preocupado e mexido muito mais cedo e
devíamos ter dado outro entendimento à política e exigir daqueles que têm tido os "galões dou-
rados" do poder que nos olhassem e nos ouvissem de outra maneira
As coisas chegaram a um ponto e, eu, que nunca fui pessimista e continuo a não ser, a
verdade é que não me sinto bem, sinto-me desconfortável, pois, todos os dias, na Junta de Fre-
guesia de Coruche, tenho imensas pessoas, umas a fazer a "apresentação do desemprego" e
outras à procura de uma pequena "janela" que se possa abrir para poderem andar para a frente.
Há casais na casa dos trinta e poucos anos, com crianças, que há três meses comem arroz e mas-
sa temperada com banha de porco
Estou convicto que a Câmara está atenta a estas situações que nos aparecem todos os
dias, há muitos meses a esta parte. É a preocupação número um da Junta de Freguesia estes
casos, aquilo que muitos de nós chamamos a tal pobreza envergonhada, daqueles que cumpri-
mentamos na rua todos os dias e que passam à nossa porta, mas que vivem dramas que eu e as
paredes onde elas são ditas as temos de guardar
Penso que a cegueira dos grandes políticos, a cegueira do poder e de chegar ao poder a
qualquer preço, não nos pode conduzir aonde nos está a conduzir, uns porque estão no poder e
prometeram aquilo que não se deve prometer e outros que tentam lá chegar, não pelas mesmas
palavras mas por outras
Há que reflectir e há que olhar para aquilo que se está a passar e que alguns têm vindo a
chamar a atenção, porque cada vez a situação é muito mais grave. Na Freguesia de Coruche
estão a viver-se problemas muito graves, como se está a viver em todo o País, mas como repre-
sento a Freguesia de Coruche, falo por ela. Sinto-me de tal maneira, não lhe chamo revoltado,
sinto-me indignado, tenho direito à dignidade, e o que eu apelava era que a situação fosse vista
num sentido abrangente e que não se pense tudo num dia e a qualquer preço
Há dias, assistia aos Telejornais e, de uma opção política à outra, falava-se muito no
povo, mas depois o povo apenas serve para o voto
Não havia dinheiro para nada, neste momento, há dinheiro para tudo, principalmente para
dar àqueles que, ao longo dos anos, têm sugado o sangue daqueles que já nada tinham e que ago-
ra não têm mesmo nada, dos jovens que procuram emprego e não conseguem ou lhes é proposto
450 euros a recibo verde e depois ainda têm de fazer os descontos deles próprios, em grandes
empresas a quem o Governo está a dar apoio, imensos jovens de Coruche voltaram de mãos a
abanar porque o dinheiro que iriam ganhar não lhes permitia viver um mês em Lisboa
Não aceito que o Governo do Partido Socialista, em quem votei e ajudei a ter a maioria,



ACTA Nº 1 SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

tenha o desplante de só olhar para os banqueiros em detrimento de toda a população, inclusive da minha Freguesia, para que exercesse com pleno direito o cargo para que foi eleito, por isso há pouco aqui falei na dignidade. Isto para vos dizer que a Junta de Freguesia de Coruche recebe duzentos e sessenta e dois mil euros do Orçamento do Estado e eu não aceito isso! Por outro lado, também não quero que o Senhor Primeiro Ministro fique com a consciência pesada, se um dia andar a passear na Baixa e encontrar algum amigo banqueiro, descalço, roto, faminto e doente, porque teve de dar mais dinheiro à Junta de Freguesia de Coruche ou que o Presidente da Junta levasse mais algum dinheiro para viver. Não é dali que o Presidente da Junta vive e quem pensar assim está completamente enganado, porque então o Presidente da Junta estaria no lugar dos milhares de reformados deste País que ganham trezentos euros. ---------- Não quero que o Senhor Primeiro Ministro fique com a consciência pesada por não poder acudir a um amigo banqueiro e que esqueça toda a gente. Em primeiro lugar o Presidente da Junta de Freguesia de Coruche, que o esqueça, é um indiferenciado, anda lá de borla, não faz mal. Também aos Senhores Ministros e os Senhores Deputados da maioria, não posso deixar de lhes apontar o dedo, nada fizeram, inclusive o Senhor Presidente da República a quem apelamos e que também não se mexeu. ----------- Na primeira tentativa, disponibilizaram-se para falar connosco os Grupo Parlamentares do CDS, do PSD e do PCP. Na segunda tentativa, o PSD, como estava a ser pressionado pelos seus eleitos, pôs-se ao lado do PS. ----------- Já nos tentaram calar a voz no seio das Assembleias Municipais e agora começaram pelas 330 maiores Freguesias, mas esqueceram-se que muitos deles foram eleitos com menos votos do que muitos Presidentes de Junta. Há Freguesias com cinquenta mil eleitores. ---------- No Concelho de Coruche, com oito Freguesias, apenas duas ultrapassam os duzentos mil euros que vem do Orçamento do Estado (Coruche e Couço), as outras seis, nenhuma recebe cem mil euros. Valerá a pena ser Presidente de Junta de Freguesia? Valerá a pena ser lixado pelo poder? Onde é que as populações chegam primeiro? Chegam primeiro às Juntas de Freguesia e muitas vezes às portas dos Presidentes das Juntas de Freguesia. ---------- Penso que o Governo tem culpa e eu aponto-lhe o dedo, mas com isto, não quero ofender aqueles que estão sentados ao meu lado, pois sou um independente na lista do PS. Considero uma afronta porque fui pisado, pois não é no final do "campeonato" que se mudam as regras do jogo. Esperavam para a próxima legislatura e colocavam as coisas com clareza, mas tentaram passar fraudulentamente através do Orçamento do Estado e vieram-nos dizer que a Lei do Orçamento de Estado faz peso sobre a Lei N.º 11/96, uma Lei que até foi criada pelo Partido Socialista, num Governo do Engenheiro António Guterres. Isto é de quem não merece respeito porque não respeitou, daí que eu não respeito o Primeiro Ministro e não respeito este Governo porque



também não fui 1	espeitado
Senhora	Presidente, muitas outras coisas me apetecia dizer e com outros termos, mas,
para terminar qu	eria dizer que, vêm aí eleições e no dia em que esses Senhores Deputados vie-
rem à minha Fre	guesia pedir o voto à população, eu vou estar na rua para dizer aos fregueses da
minha Freguesia	cuidado, vejam lá em quem vão votar, essas pessoas não são sérias. Tenho esse
direito, é a minha	indignação
É uma fá	bula minha: Há quatro anos, acreditei num projecto e sei que as mudanças têm
sempre custos e	não são fáceis de fazer. No entanto, quando vejo o Senhor Primeiro Ministro
dizer olhos nos o	lhos, meus amigos, eu tenho o queijo e a faca na mão, é verdade, eu reconheço
que ele tem a fac	a e o queijo na mão, mas há uma coisa que ele não tem, é o papo-seco, este está
na minha mão e	ele há quatro anos lutou com a faca dele no meu papo-seco e pôs o queijo lá
dentro, mas não	o vai fazer mais
O Vogal	Artur Salgado referiu: A política é a arte do possível. A política faz-se com
razão, faz-se con	n o coração e faz-se com emoção, como fez agora o Presidente da Junta de Fre-
guesia de Coruch	e
Nós, tem	os uma matriz de esquerda. Ás vezes o próprio povo não gosta do rendimento
mínimo, mas, re	cordo que, foi o Partido Socialista, com Ferro Rodrigues, e continua a ser uma
matriz no comba	te às desigualdades e essa é uma bandeira do Partido Socialista, que tem no seu
seio gente um po	ouco mais à esquerda, tem gente com tendências sociais democratas e tem gran-
des e valorosos i	ndependentes que têm emoção e a política também se faz com emoção
A Câmar	a Municipal tem uma visão social, quer em conjunto com a Misericórdia, quer
em conjunto con	a própria igreja e porque não com os outros partidos da oposição e continuar a
distribuir materia	l para dar assistência a pessoas que necessitam. Também penso que isso terá de
ser dito com o co	oração, a acrescentar à emoção do Presidente da Junta de Freguesia de Coruche,
poderemos fazer	mais alguma coisa numa família onde estejam os dois desempregados, porque
não, em vez de p	agar a água por mês não pagar alternadamente. Tornar mais leves as necessida-
des daqueles que	precisam
O Vogal	Filipe Justino referiu: Pegando um pouco naquilo que disse o Vogal Artur Sal-
gado, de facto a	emoção por vezes faz-nos esquecer a razão, "casa em que não há pão, todos
ralham e ninguér	n tem razão"
O exercío	io que foi feito pelo Presidente da Junta de Freguesia de Coruche fez-me lem-
brar tudo aquilo	que de facto somos, éramos e continuamos a ser, um País onde o corporativismo
existe, dos profes	ssores, dos médicos, é "ordens" para aqui e "ordens" para ali, tudo defende a sua
classe, e eu agor	a até fiquei também um pouco com a classe dos Presidentes das Juntas de Fre-
guesia, que de fa	cto é uma classe, é um grupo enorme de pessoas que também têm de defender a



sua "bela"
Protestou-se aqui ao longo desta noite, mas eu não ouvi uma proposta concreta, inclusivo
o Vogal Artur Salgado que fez a proposta da "história da água", e eu queria recordar que isso
terá de ser muito bem visto e terá de haver especialistas para tal
Há pessoas que estão desempregadas, mas os problemas não vêm agora da crise, a supos
ta crise está aí há cerca de dois ou três meses. A crise dos povos que conheço é a crise desde ha
anos a esta parte, aliás, as pessoas nascem e morrem na crise
Eu até digo aos meus amigos, ainda bem que veio uma crise também para os ricos, que
perderam milhares e milhares de contos, para verem o que é a crise, mas de facto quando os ricos
perdem depois nós também perdemos os postos de trabalho
Queria demarcar que não houve aqui nenhuma proposta em concreto que pudéssemos
sugerir à Câmara Municipal, só a "história da água", foi a única coisa que eu ouvi de concreto
Criticar é fácil e podemos criticar, como fez o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de
Coruche em relação ao Senhor Primeiro Ministro. Ele até o pode fazer que nós não vamos
excluí-lo nem mandá-lo daqui para fora, porque no PS estamos acostumados a que a crítica seja
aberta, seja interna. Isso até pode surpreender e se calhar foi o objectivo do discurso, impressio
nar os outros, mas no nosso seio isso não nos impressiona, sempre foi assim, aconteceu muitas
vezes em maiorias ou em minoria
Nestas coisas de mudar, tenhamos cuidado e que as coisas sejam bem feitas. Está na
moda as Câmaras substituírem-se ao Governo, mas esta questão é da competência do Governo e
as Câmaras não devem substituir-se ao Governo
O Vogal Ernesto Cordeiro afirmou: Ouvi falar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia
de Coruche, somos amicíssimos, mas custa-me ouvir a maneira da expressão dele
Sou filiado no PS a seguir ao 25 de Abril, antes não era revolucionário como muitos se
opunham, não era comunista, mas militava na clandestinidade em tudo quanto fosse contra o
Salazar e seus lacaios que dominavam o nosso País
Acho que o Governo tem tomado medidas que deviam ser mais favoráveis para os
pobres
Em relação aos banqueiros se deixassem enrolar e fazer disto um castelo de cartas, se
calhar muitos pobres que tinham lá o seu pé-de-meia, corriam o risco de tudo perder
Há certas coisas que eu estou de acordo com o Presidente da Junta de Freguesia de Coru
che, mas não as dizia em público porque sou filiado no PS, ele é um independente e tem toda a
razão de se exprimir conforme quiser. No PS é assim mesmo, é em relação a um filiado quanto
mais a um independente
Quanto às medidas sociais que o Vogal Francisco Gaspar falou, penso que o Senhor Pre



sidente da Câmara tem feito algumas na medida do seguinte: tentando evitar o desemprego, con-
tactando com as empresas sediadas no nosso Concelho e ainda tem feito tudo para o engrande-
cer, tanto no contexto da saúde, como noutros contextos. É de louvar a sua atitude
O Vogal António Dias referiu: Acho que as intervenções se desviaram do que estava em
discussão que era o lote da Zona Industrial do Couço, a campanha "Coruche Inspira" e a recolha
de animais e fomos para questões a nível nacional
Ouvi o discurso do Presidente da Junta de Freguesia de Coruche e digo-lhe que o Presi-
dente da República a única coisa que podia fazer era demitir o Sócrates. Se o Senhor Vogal
tivesse votado em Manuel Alegre, garanto-lhe que ele já estava demitido
Em relação ao Vogal Artur Salgado gostaria de dizer que sobre o rendimento mínimo
garantido não vale a pena bater-se mais nisso, está mais que provado que foi um erro, deu azo às
pessoas não quererem trabalhar
Quanto a haver pobreza em Coruche, também noto isso e toda a gente nota isso. No
entanto, também noto que aos domingos e feriados não há restaurantes nem cafés abertos em
Coruche e dá a ideia que é uma terra de ricos e que ninguém precisa de trabalhar
O que é que a Câmara tem feito? Não pode obrigar ninguém a abrir os cafés ou os restau-
rantes, mas é um facto que, nos outros Concelhos aqui ao lado, vê-se movimento e o que traz as
pessoas é o comércio estar aberto
Acho que há pobreza mas está muito encoberta, as pessoas não a demonstram
Em relação à Zona Industrial do Couço, ouvi o Presidente da Junta de Freguesia dizer
que o lote é da Junta de Freguesia desde 1937, é do tempo do Estado Novo. Nesse tempo já a
Junta de Freguesia do Couço fazia ocupações? Se em 1937 a Junta de Freguesia do Couço tinha
esse terreno baldio e fez lá as instalações, fez muito bem, devia ser alguém ligado ao Estado
Novo, mas tem de haver um documento de aquisição daquele lote ou então apropriou-se dele
O Vogal Luís Alberto salientou: Penso que aquilo que o Vogal António Dias acaba de
dizer é a brincar, é só ficção
Na altura, o terreno em causa fazia parte da propriedade do Monte do Couço e a proprie-
tária cedeu aquele espaço à Junta de Freguesia para abastecimento público. Consta em Actas a
Junta de Freguesia a aceitar e a construir nesse espaço. Está a perceber Senhor Vogal? O Senhor
Vogal entende que deve brincar com estas coisas, tudo bem, não vale a pena explicar mais nada
em relação ao assunto. Está a brincar com coisas sérias, portanto, acabou a conversa
O Vogal Jacinto Barbosa referiu: Não gosto muito de estar a trocar galhardetes com nin-
guém, mas alguma coisa não soube explicar ou não fui entendido
Comungo também das palavras do Vogal Artur Salgado
Respondendo ao Vogal Filipe Justino, ou seja, colocando a questão no sítio certo, penso

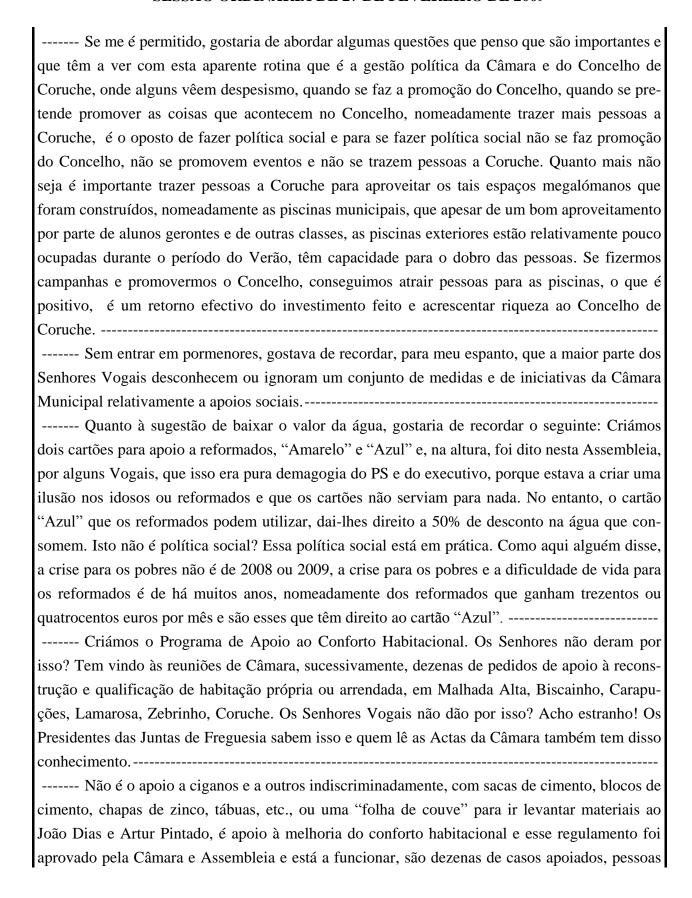


que, para quem percebeu, não estive a reivindicar nada pessoal e estão aqui documentos da
ANAFRE que podem ser consultados por qualquer cidadão na Junta de Freguesia de Coruche
Queria ainda dizer que o Presidente da Junta tomou a posição de deixar nos cofres da
Junta de Freguesia, para poder repartir com alguém que precise de ir a Lisboa fazer determinado
tratamento médico ou comprar uma garrafa de azeite, para o ano de 2009, aquilo que lhe compe-
tia receber, dez mil novecentos e quarenta e sete euros. O Presidente da Junta de Freguesia de
Coruche não é rico e tem mulher e duas filhas e penso que estou a ser solidário
Não posso é aceitar que a Caixa Geral de Depósitos, que me cobra o dinheiro que lhe tive
de comprar para fazer uma reparação na minha casa, tenha mil e oitocentos milhões de euros
para injectar no BPN. Houve também, por muito que isto custe, amigos meus do PS, que esta-
vam dispostos a que ela passasse a privada. Se nesta fase do "campeonato" ela fosse privada,
como é que isto estaria?
Percebo que quem é filiado no Partido Socialista ou noutro partido que defenda a sua
"dama", respeito isso, e sabem que não digo isso de ânimo leve, agora não me podem é pedir que
eu aceite ser pisado, porque isso é um insulto. Fui à porta do Senhor Primeiro Ministro para
entregar um documento e havia cinquenta polícias por metro quadrado e fui passado para o outro
lado da rua, é verdade, não tenham dúvidas que é assim, se nunca lá entraram, experimentem lá
ir um dia
Por exemplo, na Vila de Coruche, há a tal falta de solidariedade do Governo para com as
instituições, porque para fazer limpeza ao Posto da GNR é uma funcionária da Junta de Fregue-
sia de Coruche, tal como é a Junta que abastece de gasóleo as viaturas
Meus Senhores, quem é que está a governar? Todos nós temos de ter conhecimento disto.
Claro que não estou aqui só a atirar piadas ao Partido Socialista, isto já vem de trás, daí
que eu também não posso aceitar que, o líder do maior partido da oposição, venha dizer que vin-
te e seis ou vinte e sete euros de aumento no ordenado mínimo seja muito dinheiro
A Junta de Freguesia de Coruche recebe uma verba do Orçamento do Estado e, um ilus-
tre deputado que dá por nome de Vítor Batista, homem de choque do Governo Socialista, é uma
pessoa altamente iluminada, teve a distinta ideia de dizer que as Juntas de Freguesia têm Orça-
mento próprio. É verdade que têm. Mas a lei não é para cumprir? Então quem fez a lei é o pri-
meiro a não a cumprir? Esta lei, volto a frisar, é do tempo do Engenheiro Guterres. É o primeiro
Governo, daí para cá, que nunca cumpriu a Lei das Finanças Locais. Este dinheiro era fundamen-
tal para pudermos acudir às populações. É aqui que o Vogal Filipe Justino não está a ver o cerne
da questão, é que o Presidente da Junta de Freguesia de Coruche não pediu dinheiro para ele,
pediu sim para a sua Freguesia
O Vogal Francisco Gaspar afirmou: Acho que há coisas que não podemos deixar passar,



são uma vergonha que sejam ditas e é para nós um crime ter de as ouvir
Ouvi falar em pseudo-crise. Gostava de perguntar: Setenta mil desempregados, num mês
é uma pseudo-crise? É vergonhoso dizer uma coisa destas
Desemprego não é igual a carenciados. Eu se estivesse no desemprego "estava feliz"
sobretudo se tivesse 45 ou 50 anos, porque tinha a perspectiva de ter empregos a cair à minha
porta todos os dias. Como sabemos, o subsídio de desemprego acaba e depois? Isto é uma vergo-
nha dizer-se!
Falam-se de propostas que não são propostas. Nós, propusemos nesta Assembleia baixa
as taxas de IMI e do IRS. Isso não são propostas? Qual foi a posição das pessoas que neste
momento estão tão indignadas?
Fala-se de emprego. Então vamos falar de emprego. Diz-se que o Município de Coruche
tem feito todos os possíveis para manter o emprego. Então qual é a taxa de desemprego no nosso
Concelho? É os 8.1% que foram anunciados, hoje, a nível nacional? Não é!
Então quais são as medidas na área da saúde que foram aqui referidas? E o que é que isso
contribui para a redução do desemprego no Concelho?
Acho que quando falamos de assuntos sérios, temos que os abordar de forma séria
Há coisas que não podemos deixar passar em claro e estas são algumas dessas questões
Queria fazer uma outra proposta, até porque já aconteceu noutras Assembleias, e nós
comentámos isso dentro do PSD, esperávamos que hoje um Presidente da Junta de Freguesia
viesse com essa proposta, foi alvo de Moções noutras Freguesias, de que a Assembleia Munici-
pal poderia aprovar também uma Moção de solidariedade para com os Presidentes das Juntas de
Freguesia e as tomadas de posição públicas da ANAFRE e ainda exigir a este Governo que cum-
pra o Orçamento de Estado e a Lei das Finanças Locais. Sei que o Presidente da Junta de Fre-
guesia de Coruche está dentro do processo, gostaria de lhe pedir, em nome do Grupo Municipa
do PSD, a atitude de elaborar essa Moção e da apresentar, que terá o nosso voto favorável
O Vogal Manuel Coelho referiu: Senhora Presidente, ainda tenho dois assuntos para
apresentar, mas não os queria misturar. Provavelmente, irá dar a palavra ao Senhor Presidente da
Câmara e depois eu expunha os assuntos que tenho a tratar
A Presidente da Assembleia salientou: Temos de ser breves, o tempo escasseia
O Vogal Manuel Coelho referiu: Eu apenas gastei um minuto durante duas horas, não
tenho culpa dissotenho culpa disso
A Presidente da Assembleia referiu: Sugeria ao Senhor Presidente da Câmara que escla-
recesse a situação em relação ao lote N.º 26 da Zona Industrial do Couço
O Presidente da Câmara referiu: Também foi sugerido por alguns Vogais que falasse de
outros assuntos







que se candidataram de etnia ou não, tem de ter como condição serem proprietarios ou rendeiros
da habitação e com documentos legais que o provem
Não é verdade que apoiamos o Programa "Casas com Gente"? Significa apoiar o povoa-
mento do Centro Histórico. Há seis casais que foram apoiados pela Câmara e que vivem no Cen-
tro Histórico. Não estivemos à espera da crise, desde o princípio de 2008 que este Programa
"Casas com Gente" está a funcionar e foi elogiado pelo Instituto Nacional de Habitação. Não
demos por isto nesta Assembleia?
Não é verdade que temos atribuído Bolsas de Estudo? Todos os anos concorrem dezenas
de jovens e há doze jovens que são contemplados
Não é verdade que vem às reuniões de Câmara pedidos de apoio para pagamento de pas-
ses escolares? Há famílias que não têm condições para suportar o pagamento do passe escolar e é
habitual a Câmara apoiar o pagamento total do passe escolar, quando estas crianças já têm direi-
to a 50% do valor do mesmo
Não aprovámos em Câmara e Assembleia a compra de uma Unidade Móvel de Saúde
para apoiar as populações mais afastadas do Centro de Saúde de Coruche? Não está inscrita uma
verba em Orçamento? Isto não é política social?
Não é verdade que conseguimos inverter uma tendência efectiva que algumas forças polí-
ticas que estão aqui muito contribuíram no sentido contrário, que foi a decisão final do Serviço
de Urgência Básica em Coruche? Não é uma mais valia para facilitar a vida às populações? Não
é apoiar as pessoas na saúde?
Não estamos a apoiar a construção do Centro de Dia da Fajarda?
Não vamos apoiar a segunda fase das obras do Lar da Lamarosa?
Quando nos mexemos politicamente para que a Unidade de Cuidados Continuados seja
uma realidade da Santa Casa da Misericórdia, isto não é criar empregos? Estão previstos 30 a 35
postos de trabalho. Ainda não está construída, mas já está definido que vem para o Concelho de
Coruche. Quantos Concelhos à nossa volta vão ter uma Unidade de Cuidados Continuados?
Quantos Concelhos à nossa volta vão ter um Serviço de Urgência Básica?
A Câmara Municipal não faz nada? Então eu diria, ao contrário do que nos acusam, que
ainda fazemos pouca divulgação, ainda fazemos pouco marketing. Esta campanha "Coruche Ins-
pira" e outras, servem para aqueles que não vivem em Coruche ou aqueles que podem estar
numa perspectiva de mudar de residência, que encontrem em Coruche motivos para optar, por-
que temos qualidade de vida, temos instituições que garantem a saúde e instalações desportivas e
culturais, que podem ser atractivas
Recentemente, com a Segurança Social, a Cáritas e outros parceiros, conseguimos que no
Concelho de Coruche fosse criado o Conselho Local de Desenvolvimento Social. Há três Conce-



lhos no Distrito de Santarém que vão ter Conselho Local de Desenvolvimento Social e um dele
é o de Coruche
Não fiquem à espera que seja a Câmara a distribuir uma nota ou a dar leite a alguma
pessoas que nos vêm bater à porta, a Segurança Social tem esses serviços a funcionar, não é pre
ciso o Presidente da Câmara fazer caridade ou pagar a água a ninguém, a Segurança Social serve
para isso e tem funcionários para analisar essas situações e para dar resposta
É evidente que a Câmara tem responsabilidades, agora eu não vou fazer como alguns
colegas meus e dizer que vamos investir trinta ou quarenta milhões de euros no combate à crisc
no Concelho de Coruche.
Há crise no Concelho de Coruche como há noutros Concelhos, há uma crise internaciona
e nós não conseguimos inverter esta tendência. Penso que, localmente, apesar de tudo, sem ser
mos uma ilha, sem estarmos imunes a esses problemas, há uma boa resposta
Digam lá qual foi a unidade industrial do Concelho que desempregou 30 ou 50 pessoas? -
Não é verdade que até conseguimos algum investimento? Não é verdade que a Nestlé esta
quase pronta e vai empregar pessoas? Não é verdade que a Unidade de Cuidados Continuados
vai empregar pessoas? Não é verdade que o Serviço de Urgência Básica vai empregar pessoas
Não é verdade que o Centro de Dia da Fajarda vai empregar pessoas? Não conseguimos virar o
mundo e não conseguimos pôr isto ao contrário, mas temos feito investimento e penso que os
resultados são visíveis
Aquela demagogia de dizermos que a Segurança Social só dá aos ciganos ou só há ren
dimento mínimo para os ciganos, é falso e eu desafio qualquer um a provar isso. Dá aos ciganos
e dá a qualquer indivíduo que tenha necessidade, há verbas para responder a essas situações. As
pessoas não se governam com esmolas e quem recebe uma esmola hoje, amanhã, também preci
sa. Há políticas sociais deste Governo para atender a essas situações e não estou aqui a fazer a
defesa do Governo, a mim compete-me tratar das políticas locais e do governo da Autarquia
Para aliviar um pouco a situação, o Vogal Manuel Coelho disse que não quer misturar o
assuntos, falou de cães, se calhar a seguir vai falar de gatos, não os quer misturar para evitar que
haja aqui um confronto. Não leve a mal. Estou só a brincar!
A Presidente da Assembleia salientou: Não estamos aqui para brincar
O Presidente da Câmara referiu: Concerteza. Só brinco quando digo que vou brincar
A Presidente da Assembleia afirmou: No intervalo brincamos
O Presidente da Câmara afirmou: Estou a brincar com o Vogal Manuel Coelho, não leve
a mal Senhora Presidente. Ele fez tanta questão de não misturar os assuntos e para não mistura
assuntos de cães só se for com gatos, podiam dar mau resultado
Se houver um cão agressivo ou enraivecido, que ataque as pessoas, o Veterinário Muni



cipal pode intervir. Não há uma brigada na Câmara, quem tem essa responsabilidade é o Veteri-
nário Municipal, já tem sido chamado em situação de animais de raças perigosas e vai ao local e
actua. Penso que a situação não foi essa. Não sei com quem falou na Câmara. Dantes havia a
chamada "rede" para apanhar os animais, hoje, não existe. Aparentemente esse cão era vadio,
não era enraivecido nem perigoso
O Vogal Manuel Coelho salientou: O Senhor Presidente não acha que os animais deviam
ser recolhidos num período mais curto, sem ser com este espaço de oito dias?
O Presidente da Câmara afirmou: Não lhe estou a dizer isso. Estou a responder que não
há uma brigada para o fazer. A competência é do Veterinário Municipal e, em certas circunstân-
cias em que a Câmara foi alertada, ele tem actuado, indo ao local e isolando o animal. Nessa cir-
cunstância em concreto não sei o que se passou. No entanto, não estou a retirar importância ao
assunto
O Vogal Manuel Coelho referiu: Agora faço eu um bocadinho de humor: Os cães não
trazem um guiso como traziam os leprosos, nem trazem nenhum registo ou cartaz a dizer, sou
raivoso, pelo que todos são perigosos
O Presidente da Câmara referiu: São todos perigosos, até prova em contrário
O Vogal Manuel Coelho referiu: Pensei que houvesse na Câmara alguém encarregado por
este tipo de serviço
O Presidente da Câmara referiu: Alguém que tenha "olho clínico" para saber quais são os
perigosos, não temos
Relativamente à questão da "Antonica", as coisas são muito simples: A Câmara comprou
um terreno existente no Couço, com cerca de 13 hectares, à família Barreiras e ficou com a posse
plena daquela propriedade, isto é, não havia lotes definidos, era uma peça única, ninguém nos
disse que dentro dos 13 hectares havia algo que tinha sido desanexado da propriedade. Registá-
mos o terreno sem qualquer ónus, serventia de lote constituído, nem nada desanexado, na plena
convicção de que comprámos toda a propriedade e, até hoje, não tenho prova em contrário
Recentemente, tomei conhecimento, por parte da Junta de Freguesia do Couço, de algu-
mas posições públicas, sobretudo posições que culminaram numa Carta Aberta ao Presidente da
Câmara, divulgada na Comunicação Social e para a população e depois enviada para o Presiden-
te da Câmara. Acho que não é a melhor forma de tratar estes assuntos
Agradeço a recomendação do Vogal Jacinto Barbosa, mas neste caso dispenso-a. O
Vogal Jacinto Barbosa não conhece o histórico, portanto, não vem muito a propósito estar a fazer
recomendações de entendimento entre as partes. Esse entendimento é sempre possível nesta cir-
cunstância ou noutra, mesmo sem padrinhos para o sugerirem
O que é um facto é que a Câmara fez um loteamento, publicou-o e anunciou a venda dos



1	
lotes e quando esse lote veio à Câmara para ser vendido a um particular, a Junta de Freguesia	do
Couço vem dizer que pretendia impugnar a deliberação de venda do mesmo	
O Vogal Luís Alberto afirmou: Isso é falso Senhor Presidente. Eu tenho aqui cópia d	los
ofícios que foram enviados à Câmara Municipal desde 2005. Se o Senhor Presidente não os le	eu,
não temos culpa, mas eles foram enviados	
O Presidente da Câmara referiu: Ficou suspensa a venda do lote e aguardou-se que a Ju	ın-
ta de Freguesia comunicasse a forma como chegou à posse desse terreno e, até hoje, não aprese	en-
tou qualquer documentação, apenas recebemos uma carta de um Advogado da Junta de Fregu	ıe-
sia. Quando a Junta de Freguesia apresentar a documentação, então aí, se se provar que ten	ı a
posse daquele terreno, a Câmara tem de ser ressarcida por alguém, nomeadamente por quem n	ios
vendeu a posse plena de 13 hectares, porque afinal existe uma parte que não nos pertence	
Dizer também que a Junta de Freguesia, apesar de toda esta exposição e todo este sen	ıti-
mento do seu Presidente, não ligou ao lote durante anos, pelo menos que se tenha dado por iss	so,
só em 2008, no final do Verão, é que começou a caiar e a cuidar do espaço	
O Vogal Luís Alberto referiu: Isso é falso Senhor Presidente	
O Presidente da Câmara referiu: Não é verdade que eu tenha mandado arrancar os ma	ar-
cos. Se efectivamente a Junta de Freguesia tem a posse do terreno, nunca a mostrou à Câma	ara
Municipal. Estou a aguardar que o faça, tenho toda a disponibilidade para confirmarmos isso	
Só no final do Verão de 2008, é que limpou o terreno e caiou as instalações	
O Vogal Luís Alberto referiu: Isso é mentira Senhor Presidente	
O Presidente da Câmara afirmou: Não lhe admito faltas de educação. Para mim e	ste
assunto fica encerrado até provas por parte da Junta de Freguesia de que é proprietária do ter-	re-
no. Se o fizer, a Câmara chegará a entendimento com a Junta de Freguesia e com o anterior pr	ro-
prietário. Se é como a Junta de Freguesia diz, fomos enganados no negócio, comprámos 13 ho	ec-
tares e efectivamente não são, e depois vê-se como é que isto se resolve juridicamente	
Lamento que, pelo meio, haja um terceiro envolvido, António Gamito, que foi que	em
comprou o lote, numa sessão pública da Câmara, que desabafou para um jornal o seguinte:	O"
que se passa é que quando o Presidente da Junta abriu os olhos já era tarde demais e agora q	ue
vou entregar o projecto na Câmara é que anda a pedir alterações. É uma incompetência da pa	rte
dele, que não leu o Edital que foi afixado na sua Freguesia."	
Queria ainda dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que não lhe admito q	ue
me desminta em público e que seja mal-educado comigo, porque também não o trato assim	
O Vogal António Dias afirmou: O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Couço d	is-
se que eu estava a brincar. Eu não estou a brincar. Se o Senhor Presidente tem o documento	
posse do terreno tem de o mostrar, porque a Senhora Presidente da Assembleia disse que ia pô	r à



votação uma recomendação à Câmara para que devolvesse o terreno à Junta de Freguesia e, para
votar, tenho de ter conhecimento desses documentos
A Presidente da Assembleia salientou: Falei na hipótese de se aprovar uma recomendação
à Câmara para que revogasse a deliberação de venda do lote
O Presidente da Câmara referiu: A Câmara não tem conhecimento de qualquer docu-
mento, nunca foi enviado à Câmara um documento de posse do terreno por parte da Junta de
Freguesia
O Vogal Manuel Coelho afirmou: O assunto que queria colocar, infelizmente, já tem
"barbas brancas", trouxe aqui esta questão, há mais de dois anos, e tem a ver com a falta de abas-
tecimento de água e recolha de lixo doméstico num pequeno aglomerado, Figueira Nova, junto à
Salgueirinha
Na altura, o Senhor Presidente da Câmara disse que ia estudar o assunto e mandar averi-
guar a situação. Provavelmente, nada foi averiguado, a situação mantêm-se tal e qual e, há cerca
de três semanas, até foi notícia num jornal
Esta situação entronca-se um pouco naquilo que já aqui foi dito, pelo que gostaria de
expor o seguinte: Senhor Presidente da Câmara não o incomoda, nesta campanha de promoção
do Concelho que está a fazer, de haver munícipes que vivam nesta situação, não terem água
potável em casa nem recolha de lixo? Será que é assim tão caro pôr no local um contentor e ir lá
recolher o lixo ou fazer a extensão de cerca de mil metros de conduta de água, para que as pes-
soas possam usufruir de um bem que é vital para a vida de cada um?
O Presidente da Câmara referiu: Acho que é fundamental que essas pessoas tenham essa
dignidade e tenham também acesso a esses bens, nomeadamente água potável e recolha de lixo
Mas parece-me que não se trata de um aglomerado, o Senhor Vogal está a dizer isso para uma
plateia que não conhece o local, trata-se de uma propriedade média onde existem casas que estão
emprestadas ou arrendadas a terceiros
Em relação à notícia no jornal eu também sei qual foi a origem dela e quem é que tratou
de promover essa notícia, isso é louvável, e ainda bem que há um jornal que promove e que fala
destes assuntos
Nós estamos preocupados com esta situação como com outras. Do ponto de vista físico e
concreto como é que se abastece de água aquela população? Como é que é possível a partir de
um reservatório de água, que está no Rebocho, fazer chegar água àquela população? O Senhor
que foi Vereador desta Câmara e teve responsabilidades nessa área, porque é que não promoveu
a recolha do lixo na Herdade da Figueira Nova?
O Vogal Manuel Coelho afirmou: É uma boa pergunta. Mas isso foi há 22 anos. Se calhar
também não se fazia noutros locais e hoje faz-se. Por exemplo, na Herdade do Caldeiril, por



minha iniciativa depois de falar com o Vereador Francisco Oliveira, que mandou lá colocar un
contentor
Quanto ao abastecimento de água na Figueira Nova, é tal e qual como se pôs na estrada
de Santana do Mato, no Alto das Azinheiras, bem como na Redonda. Também são herdades
médias, são casas dos proprietários ou casas arrendadas. Na Figueira Nova existem dez ou doze
casas e moram lá vinte e tal pessoas
O Senhor Presidente da Câmara não vai ficar ofendido, mas deixar aqueles munícipes
sem usufruir desta regalia e fazer uma promoção destas, é varrer o lixo para debaixo do tapete
O Presidente da Câmara referiu: Vamos ver daqui por seis meses quantas pessoas é que la
moram
O Vogal Manuel Coelho referiu: Se não se põe lá água e outros benefícios as pessoas são
obrigadas a irem-se embora
O outro assunto que eu quero abordar é um pouco mais delicado
Na Sessão de 19 de Dezembro de 2008 da Assembleia Municipal trouxe uma recomenda
ção acerca da Estrada de Meias, que consta amplamente em Acta
O Presidente da Câmara salientou: Não está lá tudo Senhor Vogal. Por acaso reparei que
não está lá tudo. Se fosse Vogal desta Assembleia Municipal tinha exigido que estivesse lá tudo
transcrito
O Vogal Manuel Coelho afirmou: Não está?
O Presidente da Câmara referiu: Não está. Quando nos mandou a todos para aquele lado
não ficou lá escrito
O Vogal Manuel Coelho referiu: Fizeram mal
Como sou muito teimoso e não fiquei convencido
O Presidente da Câmara referiu: Isso é o mínimo, teimoso
O Vogal Manuel Coelho continuou a sua intervenção afirmando: Escrevi uma carta à
Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia e o Senhor Director, Engenheiro Jose
Núncio, ao contrário de muitos dos Senhores Vogais, achou que o assunto merecia alguma refe-
rência e teve a amabilidade de me responder e então diz o seguinte:
"Estrada de Meias
Em resposta ao vosso ofício recebido em 19 de Janeiro de 2009 e relativamente às ques-
tões colocadas, a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia esclarece o
seguinte:
1 - A "Estrada de Meias" e apenas no troço entre o aterro e o pontão sobre a vala de
extrema da herdade da Azervada, tem o desenvolvimento de cerca de 2.500 m e foi traçado sobre
uma serventia já existente, como parte integrante das infra-estruturas do Emparcelamento (CP2)



É uma parcela autónoma propriedade do Estado, resultante dos coeficientes de redução aplicados
no referido projecto. O CP2 foi projectado exclusivamente para dar acesso às parcelas confinan-
tes e para tráfego agrícola
No ano de 2003, quando foi necessário realizar a intervenção na ponte sobre o Sorraia
Velho, por iniciativa da Associação de Regantes, da Associação de Agricultores de Coruche e da
Câmara Municipal de Coruche, com o objectivo de tentar ajudar na resolução da difícil situação
dos acessos à vila de Coruche, foi disponibilizada a utilização do traçado e do projecto do referi-
do caminho ao Instituto de Estradas de Portugal, que efectuou a pavimentação do mesmo
seguindo o traçado previsto no projecto, garantindo a implantação na futura parcela do Estado
dentro dos limites do Emparcelamento
Quando a actual intervenção nas pontes foi projectada e esta alternativa de desvio do
trânsito prevista, a Associação foi novamente contactada pela Estradas de Portugal tendo sido
uma vez mais reafirmada a disponibilidade de utilização pelo tráfego nacional do referido
caminho
Tal como em outras situações de utilização de infra-estruturas da Obra de Rega em que o
tráfego predominante deixou de ser agrícola, devido à pavimentação das estradas de acesso
por iniciativa de terceiros (Municípios e/ou IEP) situação em que se encontram para além do
referido caminho CP2, a ponte de Santa Justa, a ponte da Escusa (objecto de intervenção recen-
te pela CMC e ARBVS), a ponte da Amieira e a ponte do Rebolo, a Associação de Regantes
declina qualquer responsabilidade na utilização e na conservação destas infra-estruturas, pois
considera-as para todos os efeitos integradas na rede de caminhos municipais ou nacionais, con-
forme os casos
Sobre este assunto anexam-se cópias dos nossos ofícios 878/2002 e 421/2007
2 - Relativamente às verbas necessárias para a conservação esclarecemos que face ao tipo
de utilização - fundamentalmente tráfego público e não agrícola - obviamente que não poderá ser
a Associação de Regantes e os agricultores do Vale do Sorraia a suportar os encargos resultantes
destes tipo de tráfego e intensidade de utilização
3 - A Associação de Regantes não assume qualquer responsabilidade por danos resultan-
tes da utilização da referida via
Esperamos ter conseguido esclarecer as dúvidas colocadas."
Ofício N.º 421/2007 de 26 de Setembro de 2007, dirigido ao Senhor Presidente da Câma-
ra Municipal de Coruche:
"Reabilitação das Pontes - Corte de Trânsito
Passagens Submersíveis e Caminhos Rurais
Em resposta ao vosso fax do passado dia 7 de Setembro, informo que o número de fun-



cionários desta empresa directamente afectados pelo corte do trânsito nas pontes sobre o Sorraia
é de cerca de 100 trabalhadores
Também haverá muitos agricultores e prestadores de serviços agrícolas obviamente afec-
tados, nesta fase de colheitas das culturas de Primavera-Verão, pelo que esta Associação já con-
tactou o Sr. Eng. Alcindo Cordeiro, Director Regional das Estradas de Portugal EPE, no sentido
de que esta medida apenas tenha lugar após o final do mês de Outubro
Quanto aos percursos alternativos indicados no mesmo fax, informo que não houve entre
a Associação de Regantes e as Estradas de Portugal EPE qualquer indicação sobre os percursos e
pontes assinalados
Quanto ao solicitado relativamente à capacidade das pontes das passagens submersíveis
do Rebolo, Amieira e Escusa, a Associação de Regantes, uma vez mais, declina qualquer respon-
sabilidade sobre o assunto, em conformidade com a posição apresentada em outras ocasiões e
expressa no nosso ofício N.º 878/2002 de 22 de Novembro de 2002, que se anexa, reforçando a
seguinte posição:seguinte posição:
1 - No entendimento da Associação de Regantes são da responsabilidade da autarquia os
caminhos e pontes sobre o Sorraia, a partir do momento que são classificados como caminhos e
estradas municipais e/ou de tráfego essencial não agrícola, sendo da responsabilidade da Asso-
ciação os caminhos e pontes de tráfego exclusivamente agrícola
Assim são da responsabilidade do Município:
Passagem submersível da Amieira, como parte integrante do Caminho Municipa
CM 1427;
Passagem submersível do Rebolo, como parte integrante do Caminho Municipal CM(H);
Passagem submersível da Escusa - objecto de intervenção com reforço da estrutura, reali-
zada pela CMC em 2003 - como parte integrante do Caminho Municipal CM 1436;
Estrada entre Lamarosa e Peta EM(A);
Estrada de ligação entre a N-114 e a N-251 (Estrada de Meias)
2 - A ponte de Santa Justa, já desde a década de 70 que é da responsabilidade da CMC
que foi responsável pelas obras de beneficiação aí realizadas
3 - Continuam da responsabilidade da ARBVS:
Passagem submersível do Sabugueiro;
Passagem submersível da Torrinha;
Passagem submersível da Gravinha;
Passagem submersível das Correntinhas
No entanto, a Associação continuará a colaborar com a CMC no sentido de participar na
manutenção e conservação das passagens submersíveis, assumindo nomeadamente a sua desobs-



trução aquando da época de cheias."
Ofício N.º 878/2002 de 22 de Novembro de 2002, dirigido ao Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Coruche:
"Passagens Submersíveis Sobre o Rio Sorraia
Na sequência da reunião do passado dia 19, na Sede desta Associação de Regantes, com
o Senhor Vereador Valter Barroso e a Técnica da C.M.C. Arqª. Maria do Castelo, vem esta
Associação confirmar os seguintes pontos:
Relativamente às passagens submersíveis sobre o Rio Sorraia, a Direcção da Associação
considera que apenas detém responsabilidades de manutenção e conservação, sobre aquelas que
são exclusivamente utilizadas por tráfego de origem agrícola (Sabugueiro, Torrinha, Gravinha e
Correntinhas)
As passagens submersíveis que são atravessadas por caminhos municipais, cujo tráfego é
público, devem ser mantidas e conservadas pela C.M.C (Rebolo, Amieira, Escusa e Santa Justa).
No entanto, a Associação de Regantes poderá colaborar com os serviços da Câmara,
nomeadamente na desobstrução de todas as passagens."
O objectivo é perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se tinha conhecimento destes
ofícios, porque da forma como falou, e eu fui aqui apelidado de tontinho e ignorante por parte de
alguns Vogais, quando disse que o caminho não era municipal e não era da responsabilidade da
Câmara. Se o Senhor Presidente da Câmara tinha conhecimento destes dois ofícios, devia-os ter
rebatido
O Presidente da Câmara referiu: Qual é o número do Caminho Municipal e qual é o número da Estrada Municipal?
O Vogal Manuel Coelho salientou: O Senhor Presidente da Câmara devia ter dito aqui
que, embora seja entendimento da Associação de Regantes o contrário, a Câmara não considera
que o caminho é municipal
Portanto, quem foi ignorante foi o Senhor Presidente da Câmara porque ignorou o teor
destes ofícios
O Presidente da Câmara salientou: Não seja mal-educado, não vale a pena
Diga lá qual é o número do Caminho Municipal ou da Estrada Municipal
O Vogal Manuel Coelho referiu: A Associação de Regantes já em 2007 disse que a res-
ponsabilidade deste caminho é da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: É a Associação de Regantes que decide quais são os
Caminhos Municipais? Não é a Câmara Municipal?
O Vogal Manuel Coelho referiu: O Senhor Presidente da Câmara devia ter dito que,
embora a Associação de Regantes tenha uma posição contrária, o caminho não é municipal, mas



omitiu isso e se omitiu deliberadamente eu até devia ter outra posição, só não a tomo por respeito
ao cargo de Presidente da Câmara Municipal de Coruche que o Senhor ainda ocupa
O Presidente da Câmara referiu: É a sua obrigação
O Vogal Manuel Coelho referiu: O tontinho e ignorante não fui eu, é bom que fique aqu
bem claro
O Presidente da Câmara afirmou: É evidente que não é Caminho Municipal nem Estrada
Municipal
A Presidente da Assembleia salientou: Não vão mais entrar em diálogo
O Presidente da Câmara referiu: Senhora Presidente, estou a esclarecer. Não foi dito
número do Caminho ou da Estrada Municipal. Não existe uma Estrada Municipal naquele troço.
O Vogal Manuel Coelho referiu: O Senhor disse que não era da responsabilidade da
Câmara e induziu a Assembleia em erro
O Presidente da Câmara referiu: Aquilo que eu faço e não faço não é o Senhor que
decide
O Vogal Manuel Coelho salientou: O Senhor tem obrigação de respeitar esta Assembleia
Municipal e de falar verdade
O Presidente da Câmara referiu: Tenho muito respeito e ainda quando o Senhor
mal-educado
O Vogal Manuel Coelho referiu: O Senhor não respeitou a Assembleia Municipal. O
Senhor omitiu esta informação
A Presidente da Assembleia referiu: A Associação de Regantes tem essa opinião, é uma
questão que o Senhor Presidente da Câmara terá de ver com a Associação de Regantes
O Vogal Manuel Coelho referiu: E o respeito que terá de ter com esta Assembleia
Municipal
O Presidente da Câmara referiu: Fala de respeito quando manda toda a gente para aquelo
lado, rasga papéis e sai porta fora ou trata mal toda a gente, inclusive a Senhora Presidente da
Assembleia. Isso é que é falta de respeito
A Presidente da Assembleia referiu: Já ultrapassamos largamento o Período de Antes da
Ordem do Dia
Quero deixar aqui para reflexão uma questão que já foi levantada por vários Vogais, de
que estamos de facto a atravessar uma crise económica, não só a nível de Portugal, mas mundial
e que é extremamente grave
Não é tempo para festas, não é tempo para festanças, não vamos gastar dinheiro mal gas
to. Se há que fazer a divulgação do Concelho, plenamente de acordo, mas com o mínimo de
custos possíveis



A situação é dramática e eu falo de alma e coração porque já tenho filhos e netos e estão
a ser afectados por esta crise económica
Penso que a população jovem está a ser extremamente penalizada pela falta de emprego,
por contratos a termo certo e também há quem não tenha contratos e eu tenho um filho nessa
situação e se quiser ir para o Fundo de Desemprego nem sequer direito a isso tem
Pensem muito a sério nesta questão. Não é a mim que me toca pessoalmente, felizmente,
estou bem, mas tenho muita gente para ajudar, não só os meus, como todos os outros que preci-
sarem de mim a vários níveis
Vou dar por terminado o Período de Antes da Ordem do Dia
A Vogal Isabel Ferreira referiu: Senhora Presidente, vou tentar ser muito breve se me der
a palavra
Quando se fala de festas e festinhas, depende do conceito que lhes quer dar
A Presidente da Assembleia referiu: Eu não estou a discutir as festas e festinhas
A Vogal Isabel Ferreira teve oportunidade de falar e não se inscreveu
Vou passar ao Período da Ordem do Dia
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
PONTO UM - ELEIÇÃO DO SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEM-
BLEIA MUNICIPAL:- A Presidente da Assembleia solicitou a cada Grupo Municipal que
apresentasse o seu candidato
O Vogal José Coelho referiu que o Grupo Municipal do Partido Socialista não apresenta
candidato
O Vogal Armando Rodrigues referiu que o Grupo Municipal da Coligação Democrática
Unitária apresenta o Vogal Ilídio Serrador
O Vogal Francisco Gaspar referiu que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata
não apresenta candidato
Seguidamente procedeu-se à respectiva eleição, por voto secreto, tendo participado vinte
e oito Vogais e foi obtido o seguinte resultado:
12 votos no Vogal Ilídio Serrador
16 votos em branco
A Presidente da Assembleia deu conhecimento que foi eleito Segundo Secretário, o
Vogal Ilídio António Martins Serrador, da Coligação Democrática Unitária
Seguidamente procedeu-se a um intervalo pelas vinte e três horas e trinta e dois minutos.
Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e quarenta e cinco minutos
PONTO DOIS - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO
PRIVADO DO MUNICÍPIO DA ESCOLA PRIMÁRIA/IARDIM DE INFÂNCIA DA



FAJARDA:- Foi presente o ofício N.º 10913 de 29 de Outubro de 2008 da Câmara Municipal de
Coruche, anexando a proposta de desafectação do domínio público para o domínio privado do
Município da Escola Primária/Jardim de Infância da Fajarda, que foi aprovada por unanimidade
em sua Reunião Ordinária de 22 de Outubro de 2008, a qual fica a fazer parte integrante da pre-
sente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Trata-se da passagem do domínio público para o domí-
nio privado do Município do edifício da Escola Primária e Jardim de Infância da Fajarda, sito
junto à E.N.114-3, que por acordo entre a Câmara e o Rancho Folclórico da Fajarda, passará a
funcionar como sede social do referido Rancho
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
Não havendo da parte dos Vogais qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da
Assembleia colocou à votação o Ponto Dois
A Assembleia deliberou, por maioria, com 25 votos a favor (12 dos Vogais do PS, 10 dos
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 1 abstenção do Vogal Manuel Coelho da CDU, desa-
fectar do domínio público para o domínio privado do Município a Escola Primária/Jardim de
Infância da Fajarda, porquanto com o encerramento da mesma e deslocação de alunos para outra
Escola, perdeu a utilidade pública a que estava adstrita
A presente deliberação foi aprovada em minuta
Aquando desta votação não estavam presentes na sala os Vogais Diamantino Ramalho da
CDU e Mário Ribeiro do PS
PONTO TRÊS - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍ-
NIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE FOROS DE LAGOÍ-
ÇOS:- Foi presente o ofício N.º 11304 de 7 de Novembro de 2008 da Câmara Municipal de
Coruche, anexando a proposta de desafectação do domínio público para o domínio privado do
Município da Escola Primária de Lagoíços, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião
Ordinária de 5 de Novembro de 2008, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presi-
dente da Câmaradente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Trata-se exactamente do mesmo procedimento, para
afectar o edifício a sede social do Rancho Folclórico "Os Malmequeres do Sorraia" do Couço
Estas instalações não têm qualquer actividade e será celebrado o contrato-programa entre
a Câmara e o respectivo Rancho Folclórico

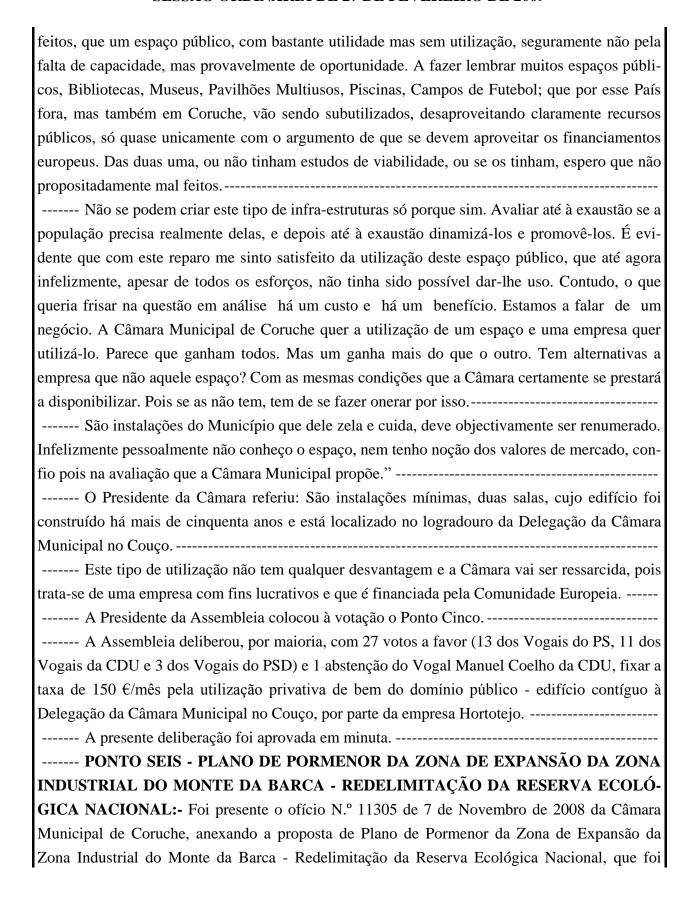


A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
Não havendo da parte dos Vogais qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da
Assembleia colocou à votação o Ponto Três
A Assembleia deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (13 dos Vogais do PS, 10 dos
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 1 abstenção do Vogal Manuel Coelho da CDU, desa-
fectar do domínio público para o domínio privado do Município a Escola Primária de Foros de
Lagoíços, porquanto com o encerramento da mesma e deslocação de alunos para outra Escola,
perdeu a utilidade pública a que estava adstrita
A presente deliberação foi aprovada em minuta
Aquando desta votação não estava presente na sala o Vogal Diamantino Ramalho
da CDU
A Vogal Luisa Portugal apresentou a seguinte declaração de voto:
"Votei a favor destes dois pontos, mas faço lembrar que, durante o ano de 2009, as Esco-
las deverão estar disponíveis para os actos eleitorais que irão acontecer."
O Presidente da Câmara referiu: Consta do contrato-programa que as instituições são
obrigadas a ceder o edifício sempre que a Câmara o solicite, nomeadamente para os actos eleito-
rais, se for entendido que ali haverá uma secção de voto
PONTO QUATRO - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O
DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE ÁREAS AFECTAS A ZONA VERDE NO
LOTEAMENTO MUNICIPAL DA LAMAROSA:- Foi presente o ofício N.º 12351 de 9 de
Dezembro de 2008 da Câmara Municipal de Coruche, anexando a proposta de desafectação do
domínio público para o domínio privado do Município de áreas afectas a Zona Verde no Lotea-
mento Municipal da Lamarosa, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Extraordiná-
ria de 9 de Dezembro de 2008, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quatro por parte do Pre-
sidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de uma alteração ao Loteamento Municipal da
Lamarosa, em que se pretende afectar uma nova Zona Verde num terreno a nascente da Junta de
Freguesia, que vai ser integrado no loteamento como alternativa à actual Zona Verde. É um ter-
reno relativamente pequeno e que vai dar origem a novos lotes para habitação, creio que são três
ou quatro lotes, ou seja, deixaremos de ter a Zona Verde no loteamento inicial e será num terreno
contíguo que fica a nascente da Junta de Freguesia e a sul do loteamento e para isso temos de
passar essa parte antiga de Zona Verde para o domínio privado do Município
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e



passou a palavra aos Vogais
Não havendo da parte dos Vogais qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da
Assembleia colocou à votação o Ponto Quatro
A Assembleia deliberou, por maioria, com 27 votos a favor (13 dos Vogais do PS, 11 dos
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 1 abstenção do Vogal Manuel Coelho da CDU, desa-
fectar do domínio público para o domínio privado do Município as áreas afectas a Zona Verde
(Jardim Infantil, Jardim e Lago), que totalizam 3112.15 m2, no Loteamento Municipal da Lama-
rosa, aprovado em Reunião de Câmara de 26 de Fevereiro de 1988
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO CINCO - CONTRATO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA
DE BEM DO DOMÍNIO PÚBLICO - EDIFÍCIO CONTÍGUO À DELEGAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL NO COUÇO:- Foi presente o ofício N.º 12350 de 9 de Dezembro de
2008 da Câmara Municipal de Coruche, anexando a proposta de contrato de cedência de utiliza-
ção privativa de bem do domínio público - edifício contíguo à Delegação da Câmara Municipal
no Couço, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Extraordinária de 9 de Dezembro
de 2008, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Cinco por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A situação é idêntica, o edifício fica localizado no logra-
douro das antigas Escolas Primárias do Couço, na Rua do Comércio e funcionou como Jardim de
Infância, mas, há uns anos, que está desactivado
A intenção é cedê-lo a título de contrato de arrendamento a uma entidade que está a fazer
formação profissional no Couço, a qual é financiada pela Comunidade Europeia e os formandos
têm uma remuneração
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
O Vogal Armando Rodrigues referiu: Creio que na minuta de contrato não está estabele-
cido o valor da renda. Presumo que, de acordo com a deliberação de Câmara de 9 de Dezembro
de 2008, que cito: "sugerir à Assembleia Municipal que, caso opte pela aprovação de uma taxa,
que o montante a fixar pela utilização privativa do bem do domínio público seja de 150 €/mês." a
Assembleia terá ou não de fixar uma taxa
Estou de acordo com a fixação do valor da taxa de 150 €/mês
O Presidente da Câmara referiu: Uma vez que se trata de uma taxa, é de facto a Assem-
bleia que tem competência para o fazer, cujo valor proposto pela Câmara é de 150 €/mês
O Vogal Pedro Boiça referiu: "É sem dúvida de saudar e razão para nos sentirmos satis-







aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 5 de Novembro de 2008, a qual fica a
fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Seis por parte do Presi
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Após o reconhecimento por parte da Comissão da
Reserva Ecológica Nacional de que este espaço podia ser desafectado, compete à Assembleia
sua aprovação e desta forma fica concretizada a desafectação
Posteriormente, o Plano de Pormenor é enviado para as entidades da tutela, nomeadamen
te para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, que
verificará a legalidade do processo
O Plano Director Municipal em 2000 aprovou, sobreposto à Zona Industrial uma área de
Reserva Ecológica, mas inadvertidamente a cartografia não estava correcta e é numa zona que
coincide com o local onde vamos construir a ETAR e em parte do lote da Tabaqueira
Foi necessário desafectar para nesta fase de Revisão do Plano de Pormenor da Zona
Industrial do Monte da Barca podermos efectivamente limpar a Zona Industrial de qualquer área
ecológica, pois não faz sentido porque a Zona Industrial é bastante anterior à fixação da Reserva
Ecológica
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara
passou a palavra aos Vogais
O Vogal António Dias referiu: Onde é o local concretamente?
O Presidente da Câmara referiu: A sul do lote da Tabaqueira, entre a Tabaqueira
o Vale
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Seis
A Assembleia deliberou, por maioria, com 27 votos a favor (13 dos Vogais do PS, 11 do
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 1 abstenção do Vogal Manuel Coelho da CDU, reco
nhecer o interesse na Redelimitação da Reserva Ecológica Nacional, de tal forma que permita a
aprovação do Plano de Pormenor da Zona de Expansão da Zona Industrial do Monte da Barca
nos termos do disposto no Artigo 3.º do Decreto-Lei N.º 93/90, atendendo ao disposto no Artigo
41.º do Decreto-Lei N.º 166/2008
A presente deliberação foi aprovada em minuta
A Presidente da Assembleia solicitou autorização para a continuação dos trabalhos, pela
zero horas
A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos
PONTO SETE - REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUS
TRIAL DO MONTE DA BAR-CA:- Foi presente o ofício N.º 1738 de 17 de Fevereiro de 2009



da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta de Revisão do Plano de Pormenor da Zona
Industrial do Monte da Barca, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Extraordinária
de 17 de Fevereiro de 2009, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Sete por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A Redelimitação da Reserva Ecológica é um dos aspec-
tos da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial
O Plano de Pormenor tem outros aspectos que foram entretanto revistos, nomeadamente
nesta zona da Reserva Ecológica antiga quando criamos agora novos lotes e um lote para inte-
grar a ETAR
A forma que lá está hoje vai ser agora aprovada na Revisão ao Plano de Pormenor para
regularizarmos esta situação. São pequenos acertos ao Plano de Pormenor da Zona Industrial do
Monte da Barca e que tem a ver com ajustes ou actualizações de diversas situações existentes
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
Não havendo da parte dos Vogais qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da
Assembleia colocou à votação o Ponto Sete
A Assembleia deliberou, por maioria, com 27 votos a favor (13 dos Vogais do PS, 11 dos
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 1 abstenção do Vogal Manuel Coelho da CDU, apro-
var a Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Monte da Barca, nos termos do dis-
posto no Artigo 79.°, N.° 1 do Decreto-Lei N.° 380/99
Consequentemente considerar desafectada do domínio público municipal as áreas que a
ele se encontram afectas e que por via de nova opção de ordenamento passarão a ser convertidas
em lotes ou áreas de domínio privado
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO OITO - CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA COMPLEMENTAR
AO CEMITÉRIO DA LAMAROSA:- Foi presente o ofício N.º 12061 de 28 de Novembro de
2008 da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta referente ao assunto em epígrafe
que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 19 de Novembro de 2008, a
qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Oito por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A competência da gestão dos Cemitérios e espaços afins
como as Casas Mortuárias, é da Câmara Municipal
A Junta de Freguesia da Lamarosa pretende construir uma Casa Mortuária no terrend



contíguo ao actual Cemitério e para tal é necessário que a Assembleia Municipal autorize a dele-
gação da competência do Município na Junta de Freguesia para que esta se possa assumir como
dona da obra
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
O Vogal Francisco Gaspar referiu: Gostava de colocar a seguinte questão ao Senhor Pre-
sidente da Junta de Freguesia da Lamarosa: A construção da Casa Mortuária, neste local, é con-
sensual para a população da Freguesia, ou existem locais alternativos que estão a ser avaliados e
que a população da Freguesia considera mais apropriados?
A Presidente da Assembleia referiu: Pergunto se o Senhor Presidente da Junta de Fregue-
sia da Lamarosa pretende dar alguns esclarecimentos
O Vogal António Venda referiu: Consensual nunca é, como em todas as coisas, mas
alternativas não há
A Casa Mortuária está a funcionar numa sala que também serve para a catequese das
crianças da Lamarosa
Em várias reuniões que tivemos com a Comissão da Igreja e o Padre Elias, foi dito ao
executivo da Junta de Freguesia, que tínhamos de tomar medidas para mudar o sítio da Casa
Mortuária ou qualquer dia os falecidos ficam em casa
Para não criarmos problemas à população da Lamarosa, propomo-nos construir a Casa
Mortuária junto ao Cemitério, que é o único espaço público disponível, pois não há outras alter-
nativas
Consensual de certeza absoluta que não é, mas estou convencido que estão 80% das pes-
soas a favor e 20% contra
O Vogal Mário Ribeiro referiu: Na Freguesia da Erra também construímos uma Casa
Mortuária e, na altura, as pessoas eram 50% a favor e 50% contra, mas depois de reconhecerem
as valias daquele espaço, provavelmente, agora são 99% a favor
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Oito
A Assembleia deliberou, por maioria, com 27 votos a favor (13 dos Vogais do PS, 11 dos
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 1 abstenção do Vogal Manuel Coelho da CDU:
Autorizar a delegação de competências na Junta de Freguesia de São José da Lamarosa
para a construção de uma Casa Mortuária complementar ao Cemitério da Lamarosa, nos termos
da proposta de protocolo que fica anexa à presente deliberação, em conformidade com o disposto
no Artigo 15.° da Lei N.° 159/99;
Autorizar a cedência de utilização a título precário da área do domínio público, devida-
mente assinalada em planta anexa à presente deliberação, nos termos do auto de cedência que



fica também anexo à presente deliberação, em conformidade com o disposto no Artigo 23.º do
Decreto-Lei N.° 280/2007;
Dada a inexistência de benefício económico resultante da utilização da edificação e que a
Junta de Freguesia irá executar uma construção da competência da Câmara Municipal, não fixar
valor de utilização do domínio público
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO NOVE - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE APOIO AO ASSO-
CIATIVISMO LOCAL:- Foi presente o ofício N.º 10911 de 29 de Outubro de 2008 da Câmara
Municipal de Coruche, anexando a Alteração ao Regulamento de Apoio ao Associativismo
Local, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 22 de Outubro de 2008,
a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Nove por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de alterações de pormenor para simplificar a
forma de as Associações se candidatarem aos apoios que são atribuídos pela Câmara Municipal,
a nível dos Artigos 1.°, 5.°, 6.°, 12.° e 16.°
A Alteração ao Regulamento esteve em discussão pública, mas não colheu quaisquer
contributos. Em termos de Câmara foi aprovada por unanimidade e a nossa perspectiva é que a
Assembleia Municipal também a aprove para o Regulamento poder vigorar
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
Não havendo da parte dos Vogais qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da
Assembleia colocou à votação o Ponto Nove
A Assembleia deliberou, por maioria, com 27 votos a favor (13 dos Vogais do PS, 11 dos
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 1 abstenção do Vogal Manuel Coelho da CDU, apro-
var a Alteração ao Regulamento de Apoio ao Associativismo Local
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DEZ - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E GES-
TÃO DE FOGOS DE RENDA SOCIAL:- Foi presente o ofício N.º 2406 de 11 de Dezembro
de 2008 da Câmara Municipal de Coruche, anexando a Alteração ao Regulamento de Atribuição
e Gestão de Fogos de Renda Social, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordiná-
ria de 3 de Dezembro de 2008, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dez por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A este Regulamento também foram feitas pequenas alte-



rações, as quais estiveram em discussão pública e não foi proposto nenhuma alteração ao seu
articulado
Em reunião de Câmara foi aprovado por unanimidade
Trata-se de simplificar procedimentos e de aclarar formas de definir os critérios para a
atribuição de habitação social. A Câmara tem algumas habitações sociais, nomeadamente no
Couço e em Coruche
Estou convencido que o articulado está o mais correcto possível e que desta forma pode
mos trabalhar melhor estas situações de atribuição de fogos de renda social
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara o
passou a palavra aos Vogais
O Vogal Mário Boieiro referiu: O Artigo 4.º refere: "Máximo T0 e Mínimo T1". Não sera
o contrário?
O Presidente da Câmara referiu: Entendo que a observação está bem feita. De facto não
tinha reparado, mas também acho que é o inverso
Penso que a questão é pacífica, não vale a pena ir novamente à Câmara para se fazer essa
correcção
A Presidente da Assembleia referiu: A Assembleia considera aceite a correcção
Seguidamente colocou à votação o Ponto Dez
A Assembleia deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (13 dos Vogais do PS, 10 do
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 2 abstenções dos Vogais Manuel Coelho e Luí-
Alberto da CDU, aprovar a Alteração ao Regulamento de Atribuição de Gestão de Fogos de
Renda Social
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO ONZE - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ACTIVIDADE DE
TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS
DE PASSAGEIROS - TRANSPORTE EM TÁXIS DO MUNICÍPIO DE CORUCHE:- Fo
presente o ofício N.º 1047 de 30 de Janeiro de 2009 da Câmara Municipal de Coruche, anexando
a Alteração ao Regulamento da Actividade de Transporte Público de Aluguer em Veículos
Automóveis Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxis do Município de Coruche, que fo
aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 28 de Janeiro de 2009, a qual fica a
fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Onze por parte do Presi
dente da Câmaradente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Estas alterações têm a ver com a adaptação do Regula
mento à nova legislação em vigor



Contactamos a ANTRAL, o Sindicato e os taxistas de Coruche e só houve contributos
por parte da ANTRAL
Penso que o Regulamento está conforme a lei e é claro no seu articulado
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
O Vogal Francisco Gaspar referiu: Tenho uma questão a colocar que é interpretativa:
Está escrito "Transporte em Táxis do Município de Coruche", penso que seja "Transporte em
Táxis no Município de Coruche"
O Presidente da Câmara referiu: Entendo que não. O Regulamento é do Município de
Coruche para regular o transporte em Táxis. Na minha opinião está bem escrito. Os Táxis não
são do Município de Coruche, o Regulamento é que é do Município de Coruche
O Vogal Francisco Gaspar referiu: Recordo que, em relação aos Estatutos da Comunida-
de Intermunicipal da Lezíria do Tejo, também não levantava dúvida nenhuma a questão da
vírgula
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Onze
A Assembleia deliberou, por maioria, com 27 votos a favor (13 dos Vogais do PS, 11 dos
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 1 abstenção do Vogal Manuel Coelho da CDU, apro-
var a Alteração ao Regulamento da Actividade de Transporte Público de Aluguer em Veículos
Automóveis de Passageiros - Transporte em Táxis do Município de Coruche
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DOZE - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE CONSTITUIÇÃO DO
FUNDO VALTEJO FINICIA:- Foi presente o ofício N.º 10912 de 29 de Outubro de 2008 da
Câmara Municipal de Coruche, anexando a Alteração ao Protocolo de Constituição do Fundo
Valtejo Finicia, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 22 de Outubro
de 2008, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Doze por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de pequenas alterações introduzidas pelo
IAPMEI ao Protocolo de Constituição do Fundo Valtejo Finicia, existente entre a GARVAL, o
BES e o NERSANT
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
O Vogal Pedro Boiça referiu: Gostava de ser esclarecido sobre qual é a avaliação que a
Câmara faz deste Protocolo, quantas empresa já aderiram e qual a taxa de utilização por parte do
Município em relação a outros Concelhos, se essa taxa é maior ou menor, só para termos a pers-



pectiva do desenvolvimento do Concelho de Coruche, comparando com os outros que também
têm este Protocolo
O Presidente da Câmara referiu: Posso pedir essa informação à GRAVAL e ao
NERSANT e trazer na próxima Sessão
No Concelho de Coruche não foram apresentadas muitas candidaturas
Temos notado que da parte da Banca, neste caso do BES, com quem foi estabelecido este
Protocolo, há de facto um aperto muito grande relativamente à avaliação dos projectos das
empresas, não tem havido muita abertura para o seu financiamento
Entretanto, realizar-se-á uma reunião no NERSANT e uma das questões que está em
cima da mesa é se deve ser ou não o Protocolo renegociado com outras entidades bancárias, pois
com o BES tem sido difícil garantir aos candidatos financiamento
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Doze
A Assembleia deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (13 dos Vogais do PS, 10 dos
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 2 abstenções dos Vogais Manuel Coelho e José Caro-
ço da CDU, aprovar a Alteração ao Protocolo de Constituição do Fundo Valtejo Finicia
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO TREZE - ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ECOLEZÍRIA -
EMPRESA INTERMUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS,
EIM:- Foi presente o ofício N.º 418 de 19 de Janeiro de 2009 da Câmara Municipal de Coruche,
anexando a Alteração aos Estatutos da Ecolezíria - Empresa Intermunicipal para Tratamento de
Resíduos Sólidos, EIM, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 14 de
Janeiro de 2009, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Treze por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Foram corrigidos alguns erros materiais previstos nos
Estatutos anteriores e adaptados os Estatutos à nova lei que rege as empresas intermunicipais,
Lei N.º 53-F/2006 e ainda à entrada de parceiros privados que já tinha acontecido há algum
tempo
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
Não havendo da parte dos Vogais qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da
Assembleia colocou à votação o Ponto Treze
A Assembleia deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (12 dos Vogais do PS, 11 dos
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 1 abstenção do Vogal Manuel Coelho da CDU, apro-
var a Alteração aos Estatutos da ECOLEZÍRIA - Empresa Intermunicipal para Tratamento de



Resíduos Sólidos, EIM
A presente deliberação foi aprovada em minuta
Aquando desta votação a Vogal Luísa Portugal já não se encontrava presente na sala
deixando de participar nos trabalhos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e sete membros
PONTO CATORZE - ADESÃO À ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DE
LISBOA E VALE DO TEJO:- Foi presente o ofício N.º 12060 de 28 de Novembro de 2008 da
Câmara Municipal de Coruche, anexando a proposta de Adesão à Entidade Regional de Turismo
de Lisboa e Vale do Tejo, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 19 de
Novembro de 2008, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Catorze por parte do Pre-
sidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Foram criadas as Entidades Regionais de Turismo para
substituir as antigas Regiões de Turismo
No caso do Município de Coruche, que integrávamos a Região de Turismo do Ribatejo
passámos a integrar a Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, que vai até à
península de Setúbal e ao Oeste, geograficamente abrange toda a região de Lisboa até Abrantes
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
Não havendo da parte dos Vogais qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da
Assembleia colocou à votação o Ponto Catorze
A Assembleia deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (12 dos Vogais do PS, 11 dos
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 1 abstenção do Vogal Manuel Coelho da CDU, ratifi-
car a qualidade de membro da Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo (T-LVT)
do Município de Coruche
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO QUINZE - FIXAÇÃO DE TAXAS NO ESPAÇO DE MERCADOS E FEI-
RAS:- Foi presente o ofício n.º 31 de 6 de Janeiro de 2009 da Câmara Municipal de Coruche
anexando proposta de fixação de taxas no Espaço de Mercados e Feiras, que foi aprovada por
unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 17 de Dezembro de 2008, a qual fica a fazer parte
integrante da presente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quinze por parte do Pre-
sidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Propõe-se que a Assembleia aprove estas taxas para a
Feira de São Miguel e para o Mercado Mensal



Considerou-se o valor de referência da inflação para actualização destas taxas
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
Não havendo da parte dos Vogais qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da
Assembleia colocou à votação o Ponto Quinze
A Assembleia deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (12 dos Vogais do PS, 11 dos
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 1 abstenção do Vogal Manuel Coelho da CDU, nos
termos do disposto no Artigo 53.°, N.º 2, e), da Lei N.º 169/99, conjugado com o Artigo 23.º
N.º 1 do Decreto-Lei N.º 42/2008 e N.º 4 da Lei N.º 53-E/2006, fixar as seguintes taxas no Espa-
ço de Mercados e Feiras:
Feira de São Miguel:
4,30 €/m2 para a ocupação de espaços de venda
3,50 €/m2 para a ocupação de lugares de divertimento
Mercados Mensais:
0,90 €/m2 por mês, num total de 31,50 € por lugar
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DEZASSEIS - AQUISIÇÃO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL
AO ABRIGO DE ACORDO-QUADRO DO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS
PÚBLICAS:- Foi presente o ofício N.º 1605 de 13 de Fevereiro de 2009 da Câmara Municipal
de Coruche, anexando a proposta de aquisição de gasóleo rodoviário a granel ao abrigo de
Acordo-Quadro do Sistema Nacional de Compras Públicas, que foi aprovada por unanimidade,
em sua Reunião Ordinária de 11 de Fevereiro de 2009, a qual fica a fazer parte integrante da pre-
sente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dezasseis por parte do
Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Em relação a este assunto tínhamos algumas dúvidas de
ser ou não aprovado em Assembleia Municipal
Sendo uma aquisição é da competência da Câmara, mas no entendimento do Dr. José
Domingos, havendo dúvidas sobre a competência ou não da Assembleia nesta matéria, à cautela,
a Assembleia deve aprovar esta deliberação de Câmara, para comprar o gasóleo à empresa
Repsol Portuguesa, S.A., com um desconto de setenta cêntimos, acrescido de IVA, sobre a tabela
em vigor à altura do fornecimento.
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
O Vogal Armando Rodrigues referiu: Vou votar favoravelmente esta proposta. No entan-



to, creio que todos devemos registar o que o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer, como
há algumas dúvidas e para não haver problemas a Assembleia delibera e estão salvaguardadas as
questões de natureza jurídico-legal
Só tenho pena é que quando há dúvidas noutras matérias se impeça a Assembleia de deli-
berar e, recordo que, há dúvidas fundamentadas e sustentadas num parecer jurídico da Comissão
de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo sobre outras situações,
nomeadamente "Atribuição dos Prémios Foral", que foi recusado e dito que não era da compe-
tência da Assembleiatência da Assembleia
Só estou a dizer isto para registarmos porque ainda dará mais que falar no futuro e, por-
tanto, só estou a relembrar as situações e a dualidade de critérios
O Presidente da Câmara referiu: As coisas diferentes não são comparáveis, como é
normal
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dezasseis
A Assembleia deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (12 dos Vogais do PS, 11 dos
Vogais da CDU e 3 dos Vogais do PSD) e 1 abstenção do Vogal Manuel Coelho da CDU, auto-
rizar a realização da despesa referente à aquisição de gasóleo rodoviário a granel ao abrigo de
Acordo-Quadro do Sistema Nacional de Compras Públicas, nos termos do Artigo 22.º do Decre-
to-Lei N.º 197/99, de 8 de Junho, conforme procedimento cujo desenvolvimento foi aprovado
por deliberação da Câmara Municipal de 19 de Novembro de 2008
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DEZASSETE - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2009:- Foi
presente o ofício N.º 1737 de 17 de Fevereiro de 2009 da Câmara Municipal de Coruche, ane-
xando a Alteração ao Mapa de Pessoal de 2009, que foi aprovada por unanimidade, em sua
Reunião Extraordinária de 17 de Fevereiro de 2009, a qual fica a fazer parte integrante da pre-
sente Acta
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dezassete por parte do
Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A alteração proposta tem a ver com a possibilidade de a
Câmara poder contratar por absoluta necessidade o seguinte pessoal: três motoristas para a Divi-
são de Obras e Equipamento; um Técnico Superior para substituir o Técnico Osvaldo Ferreira
que foi requisitado em Comissão de Serviço, por três anos, para o Ministério da Agricultura.
Este lugar vai continuar em aberto, pelo que temos de contratar um Técnico Superior, por contra-
to a termo certo, pois é fundamental assegurar o serviço do Gabinete de Planeamento e Desen-
volvimento Económico e também a gestão dos Fundos Comunitários
A proposta inicial contemplava só os motoristas e depois tivemos de acrescentar este



outro lugar de Técnico Superior
É uma pequena alteração ao Mapa de Pessoal de 2009 que foi aprovado nas últimas ses-
sões da Câmara e Assembleia do ano passado
A Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara e
passou a palavra aos Vogais
O Vogal José Caroço referiu: A Câmara vai criar mais três lugares de motorista. Estes
três motoristas são contratados como efectivos ou são indivíduos que já estão na Câmara? Va
criar mais alguns postos de trabalho, ou são só estes três lugares?
O Presidente da Câmara referiu: O que vamos criar são três lugares de motorista
O Vogal José Caroço questionou: Não é para os autocarros? Não entram como efectivos?
O Presidente da Câmara afirmou: Sim. Precisamos de motoristas nesta área, é inevitável
há um conjunto de pessoas que se vão reformar e outras, por doença, que têm de ser substituídas.
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dezassete
A Assembleia deliberou, por maioria, com 24 votos a favor (12 dos Vogais do PS, 11 dos
Vogais da CDU e do Vogal Pedro Boiça do PSD) e 3 abstenções do Vogal Manuel Coelho da
CDU e dos Vogais Francisco Gaspar e António Dias do PSD), aprovar a Alteração ao Mapa de
Pessoal de 2009, nos termos que ficam em anexo à presente proposta e que aqui se dão por
integralmente transcritos para todos os efeitos legais, atendendo ao disposto no Artigo 5.º da
Lei N.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro
A presente deliberação foi aprovada em minuta
O Vogal Manuel Coelho apresentou a seguinte declaração de voto:
"Relativamente aos assuntos apresentados, estou de acordo com os seus princípios, no
entanto, não posso votar favoravelmente questões, como ainda hoje se viu, que são de validade
dúbia
Já apanhei tanta encavadela, permitam-me este termo, para ser mais claro, que não estou
habilitado, neste momento, a aprovar qualquer documento vindo do executivo municipal do PS."
O Presidente da Câmara afirmou: É claro que me escuso de comentar esta declaração de
voto do Vogal Manuel Coelho, por motivos óbvios. Queria só lamentar, pois já disse nesta
Assembleia, "que ia abandonar a Assembleia e que não voltava cá mais"
O Vogal Manuel Coelho referiu: Eu disse isso? Ouviu mal!
PONTO DEZOITO - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍ
PIO:- Foi presente o ofício N.º 1924 de 25 de Fevereiro de 2009 da Câmara Municipal de Coru-
che, anexando o Relatório da Actividade e Situação Financeira do Município, respeitante ac
período de 11 de Dezembro de 2008 a 18 de Fevereiro de 2009, o qual fica a fazer parte inte-
grante da presente Acta



A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presider
te da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A actividade tem decorrido dentro da normalidade
Estamos em condições de lançar um conjunto de obras que estavam pendentes de cand
daturas a Fundos Comunitários, porque o Quadro de Referência Nacional Estratégico, infeliz
mente, atrasou-se bastante. Já temos a garantia dos Fundos Comunitários e estão abertos os pra
zos para entregar as candidaturas e como tal é possível desenvolver estas obras
É claro que sabemos que vamos ser acusados de eleitoralismo por fazer obras em 2009
mas não as deixaremos de fazer. É pena que não tenham sido já iniciadas em 2007 e 2008 para a
concluirmos neste ano e iniciar outras e por aí fora, porque o Quadro Comunitário termina en
2013. Com este Quadro Comunitário pretendemos aproveitar integralmente tudo aquilo que sã
financiamentos e eventualmente ir além daquilo que é a contratualização feita pelo Município d
Coruche, estamos muito atentos e temos condições financeiras para o fazer
Noutras circunstâncias, conforme a Assembleia já aprovou, vamos recorrer a crédito
nomeadamente para comprar os terrenos para a futura Zona Industrial
Não queremos desperdiçar dinheiros, sejam de Fundos Comunitários ou outros valore
que estruturalmente ajudem ao desenvolvimento e ao progresso do Concelho, pelo que essa
obras são para fazer e também porque entendemos que é uma forma de combater a crise
Tem havido situações de vandalismo com destruição de património público que são acto
perfeitamente gratuitos e que lesam o erário público. Penso que qualquer pessoa minimament
educada e civilizada e com consciência política e social não aprovará actos deste género, o que
verdade é que são recorrentes no Concelho de Coruche
Vamos pintar o pavilhão e já estou preocupado com o que vai acontecer àquelas parede
que estão vandalizadas com grafites. Espero que, no futuro, haja algum civismo por parte d
população que faz esse tipo de disparates e que as obras públicas não sejam vandalizadas
Há pouco, falei do apoio da Câmara a obras sociais, queria reiterar essas questões,
importante dizê-lo:
Estamos a apoiar a construção do Centro de Dia da Fajarda;
Vamos apoiar a 2ª fase do Lar da Lamarosa. Recentemente saiu um programa de criaçã
de linhas de financiamento do Quadro Comunitário para este tipo de instituições sociais;
Foi aprovado o financiamento da Unidade de Cuidados Continuados do Concelho d
Coruche, que se destina a doentes acamados, em coma, terminais ou com problemas de saúd
gravíssimos e terem acesso a um nível de assistência médico e de enfermagem altíssimo con
equipamento de alta qualidade, que vai ser construído pela Santa Casa da Misericórdia, junto a
Lar do Monte da Barca. Mais uma valência importante para a saúde no Concelho de Corucho



que ficará integrada no Serviço Nacional de Saúde, não é exclusiva para os habitantes do Conce-
lho de Coruche, poderá servir para outras pessoas de qualquer ponto do País
A Presidente da Assembleia passou a palavra aos Vogais
O Vogal Armando Rodrigues referiu: A questão que vou abordar tem a ver com a situa-
ção que suscitei com a minha primeira intervenção nesta Assembleia, com a crise e a política que
eu disse de "festejos sucessivos" da Câmara, e gostava de dizer o seguinte:
O que disse foi escrito e vai ficar em Acta e pode ser depois apreciado
O que quis evidenciar e agora, que estamos a apreciar a Actividade e a Situação Financei-
ra do Município, é que faz todo o sentido que a Câmara Municipal tenha uma política de afirma-
ção e de promoção do Concelho, que faça um esforço no sentido de atrair pessoas, tudo isto é
correcto. No entanto, considero, como muitas outras pessoas consideram, que é excessivo e no
actual contexto de dificuldades, eu diria, é escandaloso, dado que os recursos do Município são
sempre escassos. O que se está a promover e a anunciar, num ano de crise, vai muito para além
do calendário habitual de festas, que já era excessivo, tendo eu feito o desafio à supressão de
algumas e que o Senhor Presidente da Câmara nada disse. Era importante que esta Assembleia
conhecesse em concreto e objectivamente quantas dezenas de milhares de euros é que custa ao
Município esta campanha "Coruche Inspira", que anuncia uma prova de vinhos para sete mil
pessoas, anuncia o objectivo de inscrever esta prova de vinhos no Livro de Records do Guinness,
anuncia a contratação de estilistas, anuncia a contratação de chefes de cozinha, um conjunto de
acções que não têm nada que ver com a promoção do Concelho, têm a ver, isso sim, e eu volto a
dizer aquilo que há pouco afirmei, com um estilo e política de novo riquismo, virada para uma
determinada elite, até pode vir muita gente de fora do Concelho, mas, num momento de crise,
com tantas dificuldades como a Senhora Presidente da Assembleia muito bem sintetizou e outros
Vogais aqui afirmaram, acho que, enquanto autarcas da Assembleia ou da Câmara, com respon-
sabilidades neste Município, devíamos todos ter mais algum pudor nos gastos que estamos a
fazer, mas aqui o pudor e contenção devia vir sobretudo daqueles que têm responsabilidades
executivas e em primeiro lugar do Senhor Presidente da Câmara
Termino dizendo, para que fique claro, que não estamos contra a promoção do Conce-
lho, não é disso que se trata, trata-se de diminuir o que é excessivo. A partir do próximo
fim-de-semana, Coruche vai estar em festa até ao final do ano, de acordo com o planeado
O Vogal António Dias referiu: Pretendia questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre
o seguinte:
As obras nas pontes estão a decorrer dentro dos prazos ou não e para quando a sua con-
clusão?
Qual é a evolução do IC 10 e IC 13?



O Vogal Diamantino Ramalho referiu: Relativamente à E.N.251, na Azervadinha, o que
se passa em termos da via de rodagem que está bastante desnivelada, criando perigo principal-
mente para as viaturas pesadas e também a nível dos ruídos transmitidos para as habitações. É
incrível, não há palavras, depois destes anos de intervenção, ficou assim, há-de haver uma razão.
Observando este Relatório de Actividades, nota-se que Coruche está pobre em vias de
comunicação, é lastimoso, os trabalhos de obras mais volumosas pararam, não há nada em
movimento, apenas pequenas reparações
Lembro-me que, há trinta anos, a preocupação era de enquadrar o Pavilhão Gimnodespor-
tivo com a Praça de Touros e levou aros. Recentemente, com grande surpresa minha, ao passas
no local verifiquei que se fazia o derrube daqueles aros. Deve haver uma explicação que justifi-
que derrubar os aros, ou seja, fazer novo investimento. Não me parece favorável, quando há tan-
tas obras para fazer, que se gaste dinheiro em obras que já estão feitas, mas que se vão
demolindo
O Presidente da Câmara afirmou: Em relação à intervenção do Vogal Armando Rodri-
gues, penso que tentou limpar a anterior. É evidente que não estou de acordo com ele, não faço a
mesma leitura nem a mesma interpretação, não me espanta absolutamente nada vindo de quem
vem e da força política que é. Desde 2001 que o Vogal Armando Rodrigues nos acusa de fazer
muitas festas, afinal não fazíamos tantas assim, este ano é que vamos fazer muitas festas
Quanto aos eventos em simultâneo: Este fim-de-semana vai haver a prova de BTT e virão
mil pessoas a Coruche; A Junta de Freguesia resolveu fazer também este fim-de-semana, não se
porquê, a prova de vinhos anual. Qual é o prejuízo de coincidir estes dois eventos? Gasta-se mais
dinheiro por coincidir?
Há uma nova Associação em Coruche de apoio a doentes com cancro, Encostatamim, que
vai fazer um jantar de solidariedade que também coincide com este Sábado. Significa acrescenta
mais despesa com estas organizações em que a Câmara colabora?
Ao longo do ano, muitas outras actividades se vão realizar na perspectiva de promover o
Concelho e de trazer pessoas para movimentar o comércio e a actividade económica em
Coruche
Naturalmente que não estamos de acordo, não temos a mesma política da CDU, nem a
que o Vogal Armando Rodrigues defende. De qualquer forma, aprecio que se tivesse aproximado
mais para cá politicamente, pois pode ser incorrecto estarmos completamente em desacordo
Aliás, é curioso, em 2002, a CDU começou por criticar a Comissão de Festas e agora em reunião
de Câmara e em Assembleia Municipal já aprova Orçamentos com a verba que a Câmara atribu:
à Comissão de Festas. Há coisas que são muito más, são péssimas, mas depois deixam de ser
más e começam a ser um bocadinho melhores e com o tempo e os anos as coisas vão-se



adaptando
Quanto às obras nas pontes, não sei exactamente o prazo previsto, se é Agosto ou Setem
bro. Até há pouco tempo, as obras estavam a cumprir os calendários previstos
Relativamente ao IC 10, só sei que se está a fazer o estudo de impacto ambiental
Quanto ao IC 13, tivemos a notícia que é bem provável que, o troço entre o novo aeropor
to e o Infantado, tenha a forma de auto-estrada e a partir daí será em IC para o Concelho de
Coruche
Provavelmente, a ligação Lisboa/Coruche pelo IC 13 será mais rápida que pelo IC 10
Quanto ao piso na Azervadinha, a Estradas de Portugal defende que é uma forma de limi
tar a velocidade e não interviu naquele espaço aquando da repavimentação da E.N. 251
O que eu posso fazer é remeter a sua preocupação para a Estradas de Portugal, pois
Câmara Municipal não tem meios de intervir e o Senhor foi Vereador sabe que este troço
nacional
A obra que fizemos na Azervadinha foi a nível dos passeios públicos
Em relação a intervenções em estradas, como sabe, o Inverno não é boa altura para a
fazer. Vamos realizar intervenções de fundo na E.M. 581, o tapete tem poucos anos, mas est
completamente degradado
Temos de intervir num conjunto de outras estradas e arruamentos
Sei que vamos ser acusados de eleitoralistas por estar a "espalhar" alcatrão em 2009, ma
vamos ter que o fazer
A preocupação em relação ao Pavilhão Gimnodesportivo é uma opção estética. Não
estamos a destruir nada, estamos a substituir as molduras, que eram em forma de arco com un
reboco de um centímetro. Quem não conhece, não se assuste com o que o Vogal Diamantino
Ramalho está a dizer. A proposta dos arquitectos foi de retirar a moldura redonda. O Senho
Vogal acha que devia ter uma ligação com a Praça de Touros e os arquitectos acham que não
são opções estéticas, uns gostam, outros não, mas não é uma intervenção significativa. Na parte
traseira foram feitos vãos, mas, para mim, estavam inacabados, não tinham nenhuma moldura. I
uma opção estética e não é por aí que deixamos de alcatroar estradas
O Vogal Diamantino Ramalho questionou: Não está o Senhor Presidente preocupado
com o trânsito local? Eu não tenho essa responsabilidade e estou preocupado e os Senhore
devem estar muito mais
O Presidente da Câmara referiu: Concerteza que sim e atentos
O Vogal Armando Rodrigues referiu: Vamos formular à Mesa um requerimento porque
Senhor Presidente da Câmara não nos diz e nós queremos saber, temos essa legitimidade e esse
direito, quanto é que custa aos cofres do Município esta campanha "Coruche Inspira", lançada



há dias, na Nauticampo, em Lisboa, com um conjunto de iniciativas que não têm nada a ver com
aquilo que o Senhor Presidente da Câmara descreveu que vai acontecer este ano, é muito mais
que isso. Se é assim tão linear como o Senhor Presidente diz, quanto é que custa à Câmara
Municipal a contratação da "Global Share", uma empresa privada que a Câmara contratou para
promover este conjunto de iniciativas?
O Senhor Presidente da Câmara tem o dever de responder, daí que iremos formular nos
termos regimentais esse requerimento para obtermos uma resposta, é um direito que nos assiste e
também esta Assembleia tem o direito de saber
Eu creio que os coruchenses do que não estão a precisar é que Coruche faça uma prova
de vinhos com sete mil pessoas ou que contrate estilistas como o Luís Buchinho e chefes de
cozinha
O Vogal Luís Alberto afirmou: Comecei com a Zona Industrial e quero acabar com a
Zona Industrial, a qual tem 40 lotes e há construções em 8 lotes. Gostaria de saber o seguinte
Qual é a fiscalização que é feita sobre as empresas, em termos de criação de postos de trabalho.
sendo uma das condições para a aquisição dos lotes?
O Presidente da Câmara referiu: Na sua opinião, não vale a pena, como diz, não foi cria-
do nenhum posto de trabalho
O Vogal Luís Alberto referiu: Foi criado um posto de trabalho
O Presidente da Câmara referiu: Vá lá, vá lá
O Vogal Luís Alberto referiu: Uma outra questão prende-se com uma Corticeira que se
deslocou para Mora. Gostaria de saber até que ponto houve ou não a intervenção da Câmara
O Presidente da Câmara questionou: Qual é a Corticeira?
O Vogal Luís Alberto referiu: É o Oliveira que está nos Lagoíços
O Presidente da Câmara referiu: Nos Lagoíços não há uma Corticeira, mas sim um depó-
sito de cortiça
Não há nenhuma proposta dessa empresa feita à Câmara para se instalar no Concelho
O Vogal Luís Alberto referiu: Era essa informação que eu gostava de saber, porque tenho
da parte do empresário uma informação diferente
O Presidente da Câmara referiu: Não pode ter. O Senhor já o disse publicamente, mas
disse falsidades, ao contrário do que está agora aqui a dizer
Agradecia que informasse a Câmara quando souber de uma empresa que se queira insta-
lar no Concelho
O Vogal Luís Alberto referiu: Gostaria ainda de acrescentar, há pouco, não tive oportuni-
dade para o dizer, que em relação ao lote da "Antonica", o Senhor Presidente da Câmara anda
distraído, porque durante muitos anos a Junta de Freguesia tem caiado essas instalações



O Presidente da Câmara afirmou: Não tem não. Quando comprámos o terreno parecia
uma selva
O Vogal Luís Alberto referiu: Quanto aos Balneários na Praça da República, no Couço, é
um desperdiço de litros e litros de água. Em 2005, propusemos fazer obras e a Câmara fez o pro-
jecto de alterações. Segundo o Relatório de Actividades foram adquiridos os equipamentos para
serem lá instalados, mas, até hoje, tal não aconteceu. Gostava de saber o que se está a passar
O Presidente da Câmara referiu: É pena só vir trazer esse assunto para a Assembleia.
Telefone-nos
O Vogal Luís Alberto referiu: Já falei sobre essa questão muitas vezes com o Senhor
Vereador e a última resposta foi que a Câmara ia intervir naquele espaço, mas, até hoje, tal não
aconteceu
O Presidente da Câmara referiu: Agradeço a chamada de atenção
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
A Presidente da Assembleia perguntou ao público presente se alguém pretendia usar da
palavra
O munícipe José Manuel de Sousa Potier, residente em Coruche, referiu o seguinte:
"Não vou falar a título pessoal
Venho perguntar à Senhora Presidente da Assembleia e ao Senhor Presidente da Câmara,
qual é o procedimento que se deve adoptar quando se vem entregar um documento de um partido
político
Estando a decorrer uma reunião da Câmara, a pessoa que traz um envelope do PSD diri-
gido ao Presidente da Câmara pode subir aqui acima. Se o mesmo vier dirigido à Senhora Presi-
dente da Assembleia, aguarda lá em baixo
Peço que tomem as medidas ou que instruam os seguranças, porque acho que isto é a
negação do direito de cidadania que a Constituição Portuguesa confere aos partidos e é nessa
qualidade que falei."
A Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção
ENCERRAMENTO:- E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia deu por
encerrada a Sessão, à uma hora e quinze minutos, da qual para constar, se lavrou a presente Acta,
que eu, Fernando Aníbal Serafim, Primeiro Secretário, subscrevo:
O Primeiro Secretário
A Presidente da Assembleia Municipal